

**EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO – PRODAM – SP S/A.**

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____./13

OBJETO: O presente Pregão Eletrônico tem por objeto **REGISTRAR PREÇOS** para futura contratação de empresa especializada em “**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE REDES SEM FIO, COM MANUTENÇÃO, SUPORTE, MÃO-DE-OBRA, CABEAMENTO, LINK INTERNET E DEMAIS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, DORAVANTE DENOMINADA “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS”, EM ÁREAS EXTERNAS, DENTRO DOS LIMITES GEOGRÁFICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**”, cujas características detalhadas encontram-se neste Edital e seus anexos, totalizando ____ (_____) páginas.

ÍNDICE

CLÁUSULA / ASSUNTO

- I..... DO OBJETO**
- II DA PARTICIPAÇÃO**
- III..... DO CREDENCIAMENTO**
- IV DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**
- V..... DA DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**
- VI..... DA FORMULAÇÃO DOS LANCES**
- VII..... DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**
- VIII..... DA HABILITAÇÃO**
- IX..... DA FASE RECURSAL**
- X..... DA ADJUDICAÇÃO**
- XI..... DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO**
- XII..... DA HOMOLOGAÇÃO**
- XIII..... DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – ASSINATURA E VIGÊNCIA**
- XIV DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA DETENTORA/CONTRATADA**
- XV DO SUPORTE TÉCNICO**
- XVI..... DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- XVII..... DO FATURAMENTO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**
- XVIII..... DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA**
- ANEXO II MODELO DE DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO**
- ANEXO III MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE E DE INEXISTÊNCIA DE SUSPENSÃO**
- ANEXO IV MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**
- ANEXO V MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**
- ANEXO VI MINUTA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL**
- ANEXO VII LOCAIS DE INSTALAÇÃO**



tecnologia da informação e comunicação
Avenida Francisco Matarazzo, 1500
Torre Los Angeles – Água Branca
CEP 05001-100 - São Paulo – SP
Tel: (11) 3396-9000
Fax: (11) 3396-9001
www.prodam.sp.gov.br

- ANEXO VIII MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**
- ANEXO IX DECLARAÇÃO DE NÃO INSCRIÇÃO NO CADIN**
- ANEXO X PLANILHA DE FORMAÇÃO DE CUSTOS**
- ANEXO XI ESTIMATIVA DE DEMANDA POR ÓRGÃO**
- ANEXO XII MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO (OS)**
- ANEXO XIII PLANILHA DE FORMAÇÃO DE CUSTOS POR LOCALIDADE**

EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO – PRODAM – SP S/A.

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/13

Data: ____ de _____ de 2.013

Horário: 10 horas (horário de Brasília)

A Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de São Paulo – PRODAM-SP S/A, mediante o Pregoeiro, designado pelo Diretor Presidente, Diretor de Administração e Finanças e Diretor de Infraestrutura e Tecnologia, torna público para conhecimento dos interessados que na data e horário acima indicados fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS** para a futura contratação de empresa especializada em “**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE REDES SEM FIO, COM MANUTENÇÃO, SUPORTE, MÃO-DE-OBRA, CABEAMENTO, LINK INTERNET E DEMAIS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, DORAVANTE DENOMINADA “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS”, EM ÁREAS EXTERNAS, DENTRO DOS LIMITES GEOGRÁFICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**”, conforme descrito neste Edital e seus Anexos.

Os interessados poderão examinar, gratuitamente, o presente Edital e seus anexos pelo acesso ao site www.comprasnet.gov.br, www.prodam.sp.gov.br e www.prefeitura.sp.gov.br.

O procedimento licitatório será processado e julgado nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas atualizações; Lei Federal nº 10.520/02; Lei Municipal nº 13.278/02, Decretos Municipais nºs 43.406/03, 44.279/03, 45.992/2005, 46.662/05, 47.014/06 e 49.511/08 e 50.537/09; Lei Complementar nº 123/2006 e demais legislações pertinentes.

I – DO OBJETO

- 1.1.** O presente Pregão Eletrônico tem por objeto **registrar preços** para futura contratação de empresa especializada em “**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE REDES SEM FIO, COM MANUTENÇÃO, SUPORTE, MÃO-DE-OBRA, CABEAMENTO, LINK INTERNET E DEMAIS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, DORAVANTE DENOMINADA “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS”, EM ÁREAS EXTERNAS, DENTRO DOS LIMITES GEOGRÁFICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**”, conforme descrições detalhadas, constantes no **Anexo I – “Termo de Referência”**, o qual é parte integrante deste Edital.

II - DA PARTICIPAÇÃO

2.1. A participação no presente pregão dar-se-á através de sistema eletrônico, pelo acesso ao site www.comprasnet.gov.br, nas condições descritas neste edital, devendo ser observado o início da sessão às **10 horas (horário de Brasília), do dia ___ / ___ /2013.**

2.2. Poderão participar da licitação as empresas que:

a) Atenderem a todas as exigências deste Edital e de seus anexos, e desde que estejam inscritas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – **SICAF**, nos termos do § 1º, art. 1º do Decreto Federal nº 3.722/2001;

b) Não tenham sua falência/recuperação judicial ou extrajudicial ou insolvência declarada por sentença judicial;

c) Não sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição;

d) Não tenham sido declaradas suspensas ou inidôneas por qualquer ente/órgão da Administração Direta e Indireta da PMSP, demais Prefeituras, Governos Estaduais e Federal;

e) Que não tenham empregado ou membro na PRODAM-SP, mesmo subcontratado, como dirigente ou responsável.

2.2.1. As empresas não cadastradas no **SICAF** que tiverem interesse em participar do presente pregão, deverão providenciar o seu cadastramento e sua habilitação junto a qualquer unidade cadastradora dos órgãos da Administração Pública, até o terceiro dia útil anterior à data do recebimento das propostas.

2.3. Nos termos do art. 23, § 1º, da Lei n.º 8.666/93, sendo o objeto da licitação parcelado em Lotes, cuja finalidade do dispositivo é permitir a subdivisão do objeto para contratação de mais de um fornecedor, no cumprimento de um dos objetivos da licitação, ao permitir ao particular concorrer para contratar com a Administração Pública e, ainda;

Considerando (i) a necessidade de melhor organizar a operacionalização da prestação dos serviços envolvidos, de forma a possibilitar melhor controle, fiscalização pela Administração Pública e, dessa forma, melhor exercer a prevenção de falhas dos serviços; (ii) necessidade de evitar a ineficiência e/ou falta de serviços em todas as regiões dos lotes da licitação A FIM DE GARANTIR A DISPONIBILIDADE dos serviços em sua maioria, decorrente de eventual concentração de mercado; (iii) a obrigação de ampliar a concorrência entre prestadoras de serviços nacionais e regionais e de todos os portes econômicos e estruturais, proporcionais à parcela dos lotes, garantindo a adequada competição no

mercado, estímulo à concorrência leal e, assim, (iv) maior economia concorrencial decorrente da ampliação das disputas referenciadas no item anterior agregada à qualidade nas contratações com a Administração Pública e, por fim, (v) a garantia da satisfação do interesse público em comento, nos termos :

2.3.1. As empresas Licitantes poderão participar das disputas de todos os Lotes mas, sendo vencedora de dois LOTES, independente da ordem que venceu, sua proposta comercial para um terceiro LOTE posterior, se propor o melhor preço, será recusada, tendo em vista, e não se limitando, às fundamentações previstas no presente item, neste Edital e Anexos;

- 2.4. A licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, assim como sua eventual condição de Microempresa (ME), Microempreendedor Individual (MEI) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), a fim de se qualificar aos benefícios legais previstos na Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2.006.
- 2.5. Para os contratos celebrados entre qualquer secretaria e ou empresas vinculadas à PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO – PMSP, haverá a interveniência técnica da Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de São Paulo – PRODAM, conforme estabelece o Decreto nº45.992, de 22 de junho de 2005 em seu artigo14, inciso II, c/c com o artigo 15, parágrafo 4º.
- 2.6 Às empresas interessadas em participar do certame licitatório é facultada a vistoria prévia para averiguação e ciência das complexidades técnicas exigidas na prestação dos serviços, objeto desta licitação, não podendo a CONTRATADA alegar, posteriormente, a insuficiência de dados ou informações sobre as condições pertinentes ao objeto. A visita deverá ser agendada, através do telefone 3396-9197.

III – DO CREDENCIAMENTO

- 3.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição, pelo órgão provedor, de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.
- 3.2. As licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data de realização do pregão.

- 3.3. O credenciamento da licitante dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – **SICAF**, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação.
- 3.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica em responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legalmente constituído e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- 3.5. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à PRODAM-SP, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

IV – DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

- 4.1. A participação no pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da licitante e **envio da proposta de preços, por meio do sistema eletrônico, com VALOR TOTAL POR LOTE em conformidade com o Anexo I – “Termo de Referência”** deste Edital, na data e horário citados.
- 4.2. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros sua proposta e lances.
- 4.3. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 4.4. Como requisito para a participação no pregão, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, assim como da condição de ME/EPP nos termos da LC nº 123/2006, se for o caso.
- 4.5. A apresentação da proposta de preços implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.
- 4.6. A proposta de preços, após a etapa de lances e sendo a proposta classificada deverá ser enviada conforme item 6.14, e atender aos seguintes requisitos:
 - a) ser apresentada em 01 (uma) via, impressa em papel timbrado da licitante, datada, rubricada em todas as folhas e assinada por seu representante legal;

- b) indicar nome ou razão social da licitante, CNPJ, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico – se houver –, bem como o nome, estado civil, profissão, nº de CPF e RG, domicílio e cargo de seu representante legal;
- c) ter validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação;
- d) apresentar a cotação em algarismos com duas casas decimais e por extenso. Em caso de divergência entre os valores expressos em algarismos e por extenso, prevalecerão os valores por extenso;
- e) declarar expressamente que o preço cotado inclui todos os tributos, encargos, custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes da licitação.

4.7. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos a qualquer título.

V – DA DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

5.1. A partir das 10 horas (horário de Brasília) do dia ___ / ___ /2013 e em conformidade com o item 4.1. deste Edital, terá início à sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, que deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições de fornecimento detalhadas neste Edital, iniciando-se a etapa de lances.

VI – DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

- 6.1. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 6.2. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de sua aceitação.
 - 6.2.1. A desistência em apresentar lance implicará na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de ordenação das propostas.

- 6.3.** Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance registrado no sistema.
- 6.4.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.5.** Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado, vedada a identificação da detentora do lance.
- 6.6.** No caso de desconexão com o pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.
- 6.7.** O pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 6.8.** Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do pregoeiro às participantes.
- 6.9.** A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de iminência enviado pelo Pregoeiro e informando o tempo de até 60 (sessenta) minutos. Após esse tempo o item entra no horário de encerramento aleatório informado pelo sistema no período de 01 (um) a 30 (trinta) minutos.
- 6.10.** Caso o sistema não emita o aviso de fechamento iminente, o pregoeiro se responsabilizará pelo aviso de encerramento.
- 6.11.** No caso de ocorrência do empate ficto previsto no § 2º do art. 44 da LC 123/2006, o sistema automaticamente indicará a ME/EPP empatada com o lance vencedor e abrirá o prazo de 05 (cinco) minutos para que ofereça proposta menor que a 1ª (primeira) classificada.
 - 6.11.1.** Caso a ME/EPP não preencha os requisitos para participar da fase de lances, não poderá invocar o benefício do empate ficto, conforme § 1º do art. 8º do Decreto Municipal nº 49.511/08.
- 6.12.** Caso a ME/EPP em empate ficto não ofereça lance menor que a melhor proposta ou deixe o prazo transcorrer sem manifestação, o sistema automaticamente convocará as ME/EPP remanescentes que, porventura se enquadrem na hipótese do empate ficto do § 2º do art. 44 da LC 123/2006, na ordem classificatória para o exercício do mesmo direito, sucessivamente se for o caso.
- 6.13.** Após o encerramento da etapa de lances e exame da aceitabilidade da oferta da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, o Pregoeiro poderá encaminhar-lhe diretamente

contraproposta pelo sistema eletrônico para que seja obtido preço melhor, bem como para decidir sobre sua aceitação.

6.14. Após as providências a que se refere o subitem 6.13., o Pregoeiro aceitará o preço da licitante que deverá, encaminhar os documentos abaixo indicados, em até 120 (cento e vinte) minutos, através do endereço eletrônico (e-mail) licitacao@prodam.sp.gov.br ou pelo FAX (011) 3396-9362, com posterior envio dos originais, dentro do prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, para a Avenida Francisco Matarazzo nº 1.500, 2º andar, Edifício Los Angeles, Água Branca, CEP: 05001-100, São Paulo/SP.

- a) enviar a proposta detalhada conforme Anexo VIII, com preço atualizado, de acordo com os lances eventualmente ofertados;
- b) enviar planilha de custos conforme Anexo X;
- c) Enviar planilha de formação de preços por localidades conforme Anexo XIII;
- d) comprovação de situação de regularidade, de acordo com as exigências da Cláusula VIII (Habilitação) deste Edital.

6.14.1. a critério do Sr. Pregoeiro e Equipe de Apoio, a licitante poderá ser inabilitada por descumprimento do prazo acima definido sem motivo justificado.

6.14.2. o não encaminhamento da Proposta de Preços nos termos do item 6.13, bem como dos demais documentos, será considerado como desistência do lance ofertado.

6.14.3. no caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, havendo necessidade de regularização da documentação, será assegurado o prazo de até 04 (quatro) dias úteis contados do encerramento da sessão.

6.15. Nos termos do item 2.3 as empresas Licitantes poderão participar das disputas de todos os Lotes mas, sendo vencedora de dois LOTES, independente da ordem que venceu, sua proposta comercial para um terceiro LOTE posterior, se propor o melhor preço, será recusada, tendo em vista, e não se limitando, às fundamentações previstas no presente item, neste Edital e Anexos;

6.16. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à Sessão Pública do Pregão constarão de Ata divulgada no sistema

eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.

VII – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1. Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do **MENOR PREÇO TOTAL PARA CADA LOTE conforme Anexo VIII**, observados os requisitos, as especificações técnicas e os parâmetros definidos neste Edital e em seus Anexos quanto ao objeto.

7.1.1. Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável ou se a licitante desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem de classificação e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital, observando o que estabelece os arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006 em relação as ME/EPP.

7.1.2. Na situação a que se refere o item anterior, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido um preço melhor.

VIII - DA HABILITAÇÃO

8.1. Divulgado o julgamento das propostas de preço na forma prescrita neste Edital, proceder-se-á à análise dos documentos de habilitação da licitante primeira classificada.

8.2. Será considerada habilitada a licitante que apresentar os documentos relacionados a seguir:

8.2.1. Registro Cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF (a regularidade da documentação é verificada automaticamente pelo sistema quando do credenciamento da licitante);

8.2.2. Declaração de Compromisso e Idoneidade e não suspensão, assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador, com o número da identidade do declarante (vide modelos – Anexos II e III);

8.2.3. Certidão Negativa de pedido de Falência ou Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em data não superior a 90 (noventa) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento;

8.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT

- 8.2.5.** Declaração, sob as penas da Lei, de que no ato da assinatura do Instrumento Contratual, não estará inscrita no CADIN (Cadastro Informativo Municipal) do Município de São Paulo (Lei Municipal n.º 14.094/05 e Decreto Municipal n.º 47.096/06), de acordo com o modelo constante no Anexo IX deste Edital
- 8.2.6.** Atestado de Capacidade Técnica, passado em papel timbrado, por entidade pública ou privada, que comprove a aptidão da licitante por desempenho de atividade pertinente e compatível, em características e quantidades com o objeto da licitação, indicando quantidades e outros dados característicos dos serviços;
- 8.2.6.1.** As licitantes participantes em consórcio deverão apresentar os referidos atestados de acordo e correlacionado com o percentual de participação técnica constante no Termo de Compromisso;
- 8.2.7.** Comprovação de que a licitante possui a outorga de autorização e/ou de permissão legal para a exploração do Serviço Comutado Multimídia (SCM) referentes compatíveis e pertinentes com o objeto desta licitação. No caso de participação em consórcio, apenas a empresa prestadora do referido serviço deverá atender a exigência.
- 8.2.8.** Caso a licitante não esteja cadastrada como contribuinte no Município de São Paulo, deverá apresentar, obrigatoriamente, a **Declaração** firmada pelo representante legal da empresa, sob as penas da Lei, do não cadastramento e de que nada deve à Fazenda do Município de São Paulo, relativamente aos Tributos Mobiliários relacionados com a Prestação licitada, conforme disposto no artigo 38, parágrafo único, do Decreto Municipal nº 44.279/2003.
- 8.2.9. Comprovação da capacidade econômico-financeira em uma das seguintes condições:**

Condição 1: Apresentar prova de Patrimônio Líquido de no mínimo de 1% (um por cento) do valor da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais e apresentar pelo menos 02 (dois) dos 03 (três) indicadores abaixo, iguais ou superior a:

$$\text{Liquidez Corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1$$

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável à Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível à Longo Prazo}} \geq 1$$

$$\text{Solvência Geral} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível à Longo Prazo}} \geq 1$$

Condição 2: Apresentar prova de Patrimônio Líquido de no mínimo de 10% (dez por cento) do valor da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais e apresentar pelo menos 01 (um) dos 03 (três) indicadores acima.

8.2.10. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por Balancetes ou Balanços Provisórios, exigindo-se, nos casos de sociedade comercial e civil, o Termo de Abertura e Encerramento;

8.2.10.1. Caso o documento não seja cópia do livro diário da empresa, deverá ser informado à parte, a numeração do livro e das páginas onde o mesmo foi lançado;

8.2.10.2. O não cumprimento do subitem 8.2.10.1 acima, não constitui motivo para inabilitação da licitante, ficando reservado à PRODAM-SP o direito de exigir o livro diário da empresa, para quaisquer verificações;

8.2.10.3 No caso de sociedade anônima, deverá ser apresentada a cópia da publicação do Balanço em jornal de grande circulação ou Diário Oficial.

8.2.11. Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado no Registro Público de Empresas Mercantis, em se tratando de Sociedades Empresárias e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

8.2.12. Comprovação da qualificação da licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte, mediante a apresentação de:

- a) Ficha de Inscrição no CNPJ;
- b) Declaração, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, subscrita por quem detenha poderes de representação e por seu contador, ou técnico em contabilidade, identificado com seu número de registro perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC), de que se enquadra na situação de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar 123/2006, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação nos termos do modelo constante no Anexo IV deste Edital;

b1) A falsidade da declaração prestada caracterizará o crime do art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante devido processo legal, também, a inabilitação da licitante se o fato vier a ser constatado durante o trâmite do certame.

8.2.13. As microempresa e empresa de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43 da LC nº 123/2006);

8.2.13.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal em relação às ME/EPP após as providências do item 6.14 e subitens, será assegurado o prazo de 04 (quatro) dias úteis para a regularização da documentação (art. 43, § 1º, da LC nº 123/2006) culminando com a suspensão da sessão;

8.2.13.2. A não regularização da documentação no prazo previsto acima implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8666/1993 e neste Edital, reabrindo a sessão para prosseguimento;

8.3. Todos os documentos exigidos nesta licitação deverão ser apresentados com o mesmo número de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), sob pena de Inabilitação. Excetuam-se as certidões em que, no próprio corpo, constem serem válidas para matriz e filiais.

8.4. Disposições Gerais da Habilitação

- a) A Empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, deverá apresentar, também, o decreto de autorização ou o ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- b) Não serão aceitos, em hipótese alguma, protocolos de pedido de certidões, bem como cópias de documentos expedidos via "FAX".
- c) **No caso da participação de empresas sob a forma "consórcio", deverão ser observadas, também, as seguintes normas:**

- c1 - comprovação do compromisso público ou particular de constituição de consórcio subscrito pelas consorciadas;
 - c2 - indicação, através de Declaração devidamente assinada pelas consorciadas, da empresa responsável pelo consórcio, que deverá atender às condições de liderança;
 - c3 - apresentação dos documentos exigidos para habilitação, por parte de cada consorciada relativamente, no que couber, a sua participação no consórcio, cujo percentual (de participação) deverá constar no termo de compromisso;**
 - c4 - não será admitida a participação de empresa consorciada:
 - c4.1 – através de mais de um consórcio ou isoladamente;
 - c4.2 – que exerça monopólio legal de determinado serviço, correlacionado direta ou indiretamente com o objeto do presente certame.**
 - c5 - as empresas consorciadas terão responsabilidade solidária pelos atos praticados, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato;
 - c6 - no consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira;
 - c7 - caso seja vencedor deste certame, o consórcio fica obrigado a promover, antes da celebração do Instrumento Contratual, a "constituição" e o "registro" do mesmo.
- d) Os documentos expedidos pela PRODAM-SP não estão sujeitos à autenticação.
- e) As certidões que não tiverem estampada em seu corpo o prazo de validade, serão consideradas única e exclusivamente, para esta licitação, válidas por 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data de sua expedição, excetuando-se a certidão exigida no sub-item 8.2.3 acima, cuja validade será de 90 (noventa) dias que antecedem a data de abertura dos envelopes.
- f) A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
- g) Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências essenciais do Edital, considerando-se como tais as que não possam ser atendidas no ato, por simples manifestação de vontade do proponente.

8.5. Se a primeira proponente classificada não atender às exigências de habilitação, será examinada a documentação das subseqüentes proponentes classificadas, na ordem de classificação, até o encontro de uma proposta que atenda a todas as exigências do Edital, observando-se o que estabelece os arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006 em relação as ME/EPP, bem como às sociedades cooperativas, sendo a respectiva declarada vencedora.

8.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação sujeitará a licitante às penas previstas no Edital e na legislação pertinente, sem prejuízo das medidas penais cabíveis.

IX – DA FASE RECURSAL

9.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar o recurso, que será analisada pelo Pregoeiro, cabendo aos demais licitantes no encargo de, desde logo, caso queiram, apresentarem contrarrazões.

9.2. A falta de manifestação durante a sessão do pregão a respeito dos atos praticados importará na decadência do direito de recurso.

9.3. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.4. Os procedimentos para interposição de recurso, compreendendo a manifestação prévia do licitante durante a sessão, o encaminhamento do memorial e de eventuais contrarrazões pelos demais licitantes serão realizados exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em formulários próprios.

X – DA ADJUDICAÇÃO

10.1. Verificado o atendimento das condições de habilitação da licitante classificada em primeiro lugar, esta será confirmada vencedora do objeto da licitação.

XI – DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

11.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do Pregão.

11.1.1. Caberá ao pregoeiro decidir sobre a petição de impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

11.1.2. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, se for o caso.

XII – DA HOMOLOGAÇÃO

12.1. Decorridas as fases anteriores, a decisão será submetida à Deliberação da Diretoria da PRODAM-SP, ou, excepcionalmente por ato de 02 (dois) Diretores.

12.1.1. A Homologação da licitação não obriga a PRODAM-SP à contratação do objeto licitado.

XIII – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – ASSINATURA E VIGÊNCIA

13.1. Homologada a licitação, será assinada a Ata de Registro de Preços, documento vinculativo obrigacional para a detentora, com características de compromisso para futura contratação, com o primeiro classificado, se for o caso, obedecida a ordem estabelecida no Pregão.

13.2. O prazo para assinatura da “Ata de Registro de Preços” será de 05 (cinco) dias úteis após a convocação nesse sentido, podendo ser prorrogado, por igual período, apenas uma vez, em caso de situação justificável e aceita pela PRODAM-SP.

13.3. Para a assinatura da “Ata de Registro de Preços”, a vencedora deverá apresentar todos os documentos relativos à regularidade fiscal, caso aqueles apresentados na fase habilitatória estejam com seus prazos de validade expirados.

13.4. A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, podendo ser prorrogada, por até idêntico período, desde que haja anuência das partes.

13.4.1. Após o período inicial de 12 (doze) meses de vigência, caso haja prorrogação, a detentora da Ata poderá ter seus preços reajustados, aplicando-se a variação do Índice de Preços ao Consumidor IPC/FIPE a contar da data da apresentação da proposta.

XIV - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA

14.1. A Empresa vencedora obrigar-se-á a:

14.1.1. Executar os serviços objeto desta Licitação, de acordo com o **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**.

- 14.1.2.** Cumprir o prazo de 03 (três) dias úteis para assinatura do Instrumento Contratual após a convocação nesse sentido, podendo ser prorrogado, por igual período, apenas uma vez, em caso de situação justificável aceita pela CONTRATANTE. Caso haja alguma taxa ou emolumento cobrado pelo órgão contratante para elaboração do Instrumento Contratual, o valor será pago pela empresa detentora da Ata de Registro de Preços.
- 14.1.2.1.** A convocação tratada neste item poderá se dar por publicação no Diário Oficial da Cidade, por fax, por e-mail (constante na Proposta de Preços) e/ou outra forma válida e eficaz de comunicação, a critério da Contratante
- 14.1.3.** Para a assinatura do Instrumento Contratual, a detentora da Ata deverá apresentar todos os documentos relativos à Regularidade Fiscal (CND/FGTS e ISS/QN) e Seguridade Social (INSS), bem como as demais certidões de regularidade constantes da habilitação (Cláusula VIII), caso aqueles apresentados na fase habilitatória estejam com seus prazos de validade expirados.
- 14.2.** Por ocasião da assinatura do instrumento contratual a contratada deverá prestar garantia, por qualquer das modalidades previstas no artigo 56 da Lei 8.666/93, equivalente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.
- 14.2.1.** A Garantia prestada será devolvida quando do final de sua vigência, caso a Contratada não tenha débitos a saldar com a Contratante. Caso haja aditamento contratual que implique em alteração de valor, a garantia oferecida deverá ser atualizada.
- 14.3.** A garantia poderá ser executada pela Contratante a partir do 3º (terceiro) dia, contado da resposta NÃO CONHECIDA E/OU IMPROCEDENTE acerca da notificação judicial ou extrajudicial à Contratada, na hipótese do não cumprimento de suas obrigações contratuais.
- 14.4.** No caso de seguro-garantia, a instituição prestadora da garantia contratual deve ser devidamente autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e, no caso de fiança bancária, pelo Banco Central do Brasil.
- 14.5.** Não sendo a garantia executada por força de penalidade administrativa e não restando configurado o constante nos itens anteriores, que vedam a restituição da garantia contratual, esta será restituída ao término do contrato.
- 14.6.** O(s) Instrumento(s) Contratual(is) vigorará(ão) pelo período de 36 (trinta e seis) meses, contados da(s) data(s) de sua(s) assinatura(s)

14.7. Após o período inicial de 12 (doze) meses de vigência, a Contratada, mediante requerimento, poderá ter seus preços reajustados, aplicando-se a variação do Índice de Preços ao Consumidor IPC/FIPE a contar da data da assinatura do Instrumento Contratual.

14.8. A Empresa Contratada deverá efetuar a prestação de serviços que compõe o objeto desta licitação, de acordo com o estabelecido no Anexo I – “Termo de Referência” deste Edital, cujo prazo será contado a partir da data da assinatura de cada Instrumento Contratual oriundo dela, seja com a PRODAM-SP, seja com qualquer Órgão da Administração Municipal participante deste processo.

14.9. Instalação

14.9.1. Antes da instalação física, deverá ser elaborado pela CONTRATADA um PLANO DE INSTALAÇÃO, que regerá as regras operacionais correlacionadas à prestação de serviço. O prazo para confecção do PLANO DE INSTALAÇÃO deverá ser de até 15 (quinze) dias corridos, a partir do envio, pela Gestora Técnica do Contrato, da OS (Ordem de Serviço) conforme Anexo XII.

14.9.1.1. O PLANO DE INSTALAÇÃO deverá ser aceito pela CONTRATANTE, por intermédio da Gestora Técnica do Contrato, no prazo de 5 dias a contar do recebimento.

14.9.1.2. O PLANO DE INSTALAÇÃO deverá constar no mínimo as seguintes informações:

14.9.1.2.1. Planta em escala do local de instalação contendo:

14.9.1.2.1.1. Locais onde serão instalados os equipamentos de rádio frequência;

14.9.1.2.1.2. Materiais utilizados para instalar os equipamentos (postes próprios, postes instalados);

14.9.1.2.2. Área de cobertura de cada equipamento de rádio frequência;

14.9.1.2.3. Relação de equipamentos utilizados;

14.9.1.2.4. Local onde abrigará o restante dos equipamentos necessários;

14.9.1.2.5. Percurso do cabeamento que interliga todos os equipamentos;

14.9.1.2.6. Percurso da interligação por rádio dos equipamentos (ponto-multiponto ou “mesh”) de modo diferenciado do item 14.9.1.2.5.

14.9.1.2.7. Percurso do cabeamento elétrico que alimenta todos os equipamentos, do ponto fornecido até o equipamento;

14.9.2. Instalação rede *wireless*:

14.9.2.1. Em até 30 (trinta) dias úteis a partir da aprovação do plano de instalação;

14.9.2.2. Após a instalação é necessário a adequação do plano de instalação, de acordo com as adversidades encontradas em campo;

14.10. Alteração de *layout*:

14.10.1. Em até 30 (trinta) dias corridos a partir da notificação da CONTRATANTE e Gestora Técnica do Contrato;

14.11. Emissão de relatórios:

14.11.1. Em até 2 (dois) dias úteis após a solicitação;

14.12. Alterações:

14.12.1. Alterações de configurações de segurança ou de velocidade em dispositivo: máximo de 15 (quinze) minutos após a notificação;

14.13. Níveis de Serviço:

14.13.1. Nível de serviço para o *uptime* da rede

14.13.1.1. Redes críticas: 99%;

14.13.1.2. Redes não críticas: 96%

14.13.2. Os níveis de serviço serão medidos no horário de funcionamento de cada unidade;

14.13.2.1. Unidades onde não for informado o horário, será considerado 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana;

14.14 Os locais da prestação de serviços estão no Anexo VII deste Edital.

14.15. A Empresa detentora deverá comunicar à PRODAM-SP até o 5º (quinto) dia útil do mês os contratos firmados no mês anterior.

XV – DO SUPORTE, TREINAMENTO E MANUTENÇÃO

15.1. Suporte e Treinamento

15.1.1. A CONTRATADA deve ministrar curso *hands on* nas ferramentas de extração de relatórios para até 4 (quatro) funcionários da Gestora Técnica do Contrato conforme cronograma definido entre as partes, dentro do município de São Paulo ou em outras localidades, desde que em comum acordo e com os custos arcados pela CONTRATADA;

15.1.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar atendimento telefônico para a Gestora Técnica do Contrato;

15.1.3. A CONTRATADA deve divulgar endereços eletrônicos para envio de mensagens por *e-mail*. Mensagens eletrônicas podem ser utilizadas pela Gestora Técnica do Contrato como comprovantes de comunicação, para fins de penalidade ou de mensuração de níveis de serviço;

15.1.4. A CONTRATADA deverá atender o chamado para manutenção/suporte dentro dos Níveis de Serviços constantes no item 14.13, de acordo com cada unidade, seguindo a regra do item 17.6 todos deste Edital.

15.2. Manutenção

15.2.1. A CONTRATADA é responsável por efetuar as manutenções preventivas e corretivas nos equipamentos de sua propriedade sempre que se fizerem necessárias para a manutenção dos níveis de serviço. Todos os procedimentos técnicos deverão ser agendados previamente, com antecedência mínima de 7 (sete) dias com o Gestora Técnica do Contrato;

15.2.1.1. As manutenções preventivas deverão seguir os prazos e recomendações relacionadas aos equipamentos, acessórios, consectários técnicos e/ou à solução proposta, cujas informações deverão ser repassadas à Contratante para ciência e controle.

15.2.1.2. As atualizações de *software/firmware* deverão efetuadas a cada nova versão, sem custo adicional.

15.2.2. A CONTRATANTE ou a Gestora Técnica do Contrato não serão responsáveis por furtos, roubos, atos de vandalismo, incêndios, muito menos ações da natureza tais

como enchentes e inundações, exposição a temperaturas extremas, chuva, granizo, vendavais e outras intempéries;

15.2.2.1. Na ocorrência de furto, roubo ou vandalismo, comprovada mediante Boletim de Ocorrência Policial formalizado pela CONTRATANTE ou ação da natureza de qualquer espécie, incide-se o nível de serviço descrito neste edital;

XVI – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. A licitante e a vencedora estarão sujeitas às penalidades previstas nas Lei Federal nº 8.666/93 e suas atualizações; Lei Federal nº 10.520/02; Lei Municipal nº 13.278/02; Decretos Municipais nºs 43.406/03, 44.279/03, 46.662/05, 47.014/06, 49.511/08, 50.537/09 e demais legislações pertinentes, sem prejuízo da aplicação de outras cabíveis, em especial:

- a) multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total da proposta da licitante caso ela desista do lance ofertado;
- b) multa de 1% (um por cento) sobre o valor total da proposta caso a licitante não comprove as condições de habilitação após o prazo concedido pelo Pregoeiro, tenha sua proposta recusada (exceto nos casos dos itens 2.3.1 e 6.15) e/ou por quaisquer motivos que leve a sua desclassificação, nos termos editalícios, além da sanção prevista na alínea “f” do item 16.3;
- c) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Proposta no caso da proponente vencedora recusar-se a assinar a respectiva Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido no subitem 13.2. da Cláusula XIII deste Edital, bem como dos Instrumentos Contratuais item 14.1.1 oriundos da Ata de Registro de Preços.

16.2. A detentora da Ata de Registro de Preços terá seu registro cancelado nos casos previstos nos artigos 12 e 14 da Lei Municipal nº 13.278/02, e ainda estará sujeita às seguintes sanções:

- a) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total registrado em Ata pelo não comparecimento dentro do prazo citado na respectiva convocação, descrita no item 14.1.1 do Edital;
- b) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total registrado em Ata, no caso de rescisão e/ou cancelamento da respectiva Ata de Registro de Preços por culpa ou a requerimento da Detentora, sem motivo justificado ou amparo legal, a critério da PRODAM-SP.

16.3. A Contratada estará sujeita às penalidades previstas no “caput” do item 16.1 e 16.2 acima e em especial:

- a) Multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato por dia de atraso no início da prestação de serviços, até o limite de 5% (cinco por cento), a qual deverá ser descontada da(s) primeira(s) fatura(s), até a totalidade da multa ou cobrada judicialmente, conforme o caso. A partir do 6º (sexto) dia de atraso, será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato por dia de atraso, sem motivo justificado, limitada a 15% (quinze por cento) e poderá o Instrumento Contratual, ainda, a critério da PRODAM-SP, ser rescindido e aplicadas, cumulativamente, as sanções previstas nas alíneas “e” e “g” abaixo;
- b) Pela indisponibilidade de qualquer item da solução proposta (hardware e/ou software) por responsabilidade da Contratada, a mesma ficará sujeita à multa calculada proporcionalmente ao valor da unidade, conforme abaixo:

Multa = 10% (100% – DA) x VMC onde:

- DA (%) = Disponibilidade Atingida no mês, aferida de acordo com o disposto no subitem 5.1 do Termo de Referência – Anexo I deste instrumento;

VMC (R\$) = Valor Mensal da unidade em moeda corrente

- c) Pela indisponibilidade reincidente de qualquer item da solução proposta (hardware e/ou software) por responsabilidade da Contratada, a mesma ficará sujeita à multa calculada proporcionalmente ao valor da unidade, conforme abaixo:

Multa = 2% (100% – DA) x VMC x (P – 5) onde:

- DA (%) = Disponibilidade Atingida no mês, aferida de acordo com o disposto no subitem 5.1 do Termo de Referência – Anexo I deste instrumento;
- P = número de indisponibilidades no mês;

VMC (R\$) = Valor Mensal da unidade em moeda corrente

A multa só será aplicada quando (P – 5) for um número maior que zero.

Multa de 1% (um por cento) sobre o valor mensal do Instrumento Contratual, pelo não cumprimento dos prazos previstos no item 14.8 deste Edital;

- d) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, se o serviço prestado estiver em desacordo com as especificações contidas no Contrato, a qual será cobrada extra ou judicialmente, conforme o caso;

- e) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do Instrumento Contratual, pelo descumprimento das demais cláusulas do mesmo e na reincidência, o dobro, a ser cobrada extra ou judicialmente, conforme o caso, exceto aquelas cujas sanções são as já estabelecidas, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que couber;
 - f) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do instrumento Contratual, atualizados, no caso de rescisão, por culpa ou requerimento da Contratada, sem motivo justificado ou amparo legal, a critério da PRODAM-SP;
 - g) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PRODAM-SP pelo prazo de até 05 (cinco) anos;
 - h) Cancelamento da Ata de Registro de Preços, conforme disposto no artigo 12 da Lei Municipal nº 13.278/02.
- 16.4.** É facultado às Contratantes o direito de rescindir o Instrumento Contratual, total ou parcialmente, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, nos casos previstos nos artigos de 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.
- 16.5.** A abstenção por parte da Contratante do uso de quaisquer das faculdades a ela concedidas no Instrumento Contratual e neste Edital não importará em renúncia ao seu exercício.
- 16.6.** A aplicação de qualquer penalidade prevista neste Edital não exclui a possibilidade de aplicação das demais, bem como das penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas atualizações, na Lei Federal nº 10.520/02; Leis Municipais nº 13.278/02; e Decretos Municipais nºs 43.406/03, 44.279/03, 46.662/05 e 47.014/06, 49.511/08 e 50.537/09.
- 16.7.** Para a cobrança de qualquer penalidade, após a Assinatura do Contrato, a Contratante poderá executar a garantia prevista neste Edital.
- 16.8.** Previamente a aplicação de quaisquer penalidades a Contratada será notificada pela Contratante a apresentar defesa prévia, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação que será enviada ao endereço constante do preâmbulo do Contrato. As intimações da APLICAÇÃO das eventuais penalidades serão publicadas no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, nos termos da Lei Municipal n.º 13.278/02/ e Decreto Municipal n.º 44.279/03.
- 16.9.** Considera-se recebida a notificação na data assinatura do aviso de recebimento ou, na ausência deste, a data constante na consulta de andamento de entrega realizada no site dos Correios, sendo certificado nos autos do processo administrativo correspondente qualquer destas datas.

- 16.9.1.** Caso haja recusa da Contratada em receber a notificação, esta será considerada recebida na data da recusa, contando a partir desta data o prazo para interposição da defesa prévia.
- 16.10.** Caso não seja apresentada tempestivamente a defesa prévia ou esta seja tida por improcedente a juízo da Contratante, conforme o caso, o processo administrativo referente à contratação será encaminhado a PRODAM para a avaliação quanto à possibilidade de aplicação das sanções previstas em lei, na Ata de Registro de Preços e no Contrato, garantido à Contratada o direito ao contraditório e a ampla defesa.
- 16.11.** A aplicação de quaisquer multas pecuniárias não implica renúncia, pelos Órgãos Contratantes ou pela PRODAM, do direito ao ressarcimento dos prejuízos apurados e que sobejarem o valor das multas cobradas.

XVII – DO FATURAMENTO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

17.1 Instalação / Serviço

- 17.1.1** O valor referente à instalação será pago conforme descrito nos itens abaixo e considerando a data de emissão do “Termo de Aceite” correspondente, de acordo com o Termo de Referência Anexo I deste Edital.
- 17.1.2** Nos preços deverão estar incluídos todos os tributos e encargos que incidam ou venham a incidir sobre o Contrato, que não tiverem expressamente ressalvados, com a indicação das respectivas alíquotas, além da garantia mínima total contra defeitos de fabricação dos equipamentos, de 36 (trinta e seis) meses contados a partir do respectivo Termo de Aceite Individual, bem como a manutenção e suporte técnico do software, durante a vigência do contrato.
- 17.1.3** Para pagamento a CONTRATADA deve enviar um arquivo eletrônico contendo as informações necessárias (designação do acesso, data de ativação, período de faturamento, valor mensal, desconto por interrupção) para validação da prestação do serviço, até o 5º dia do mês subsequente ao da prestação de serviço. O período de faturamento do serviço deve ser contado a partir do primeiro dia até o último dia mês. No caso da ativação do serviço ocorrer durante este período de faturamento do serviço, a PRODAM ou Unidade PMSP deve faturar apenas o pro rate dias do período entre o dia da ativação até o último dia do mês, em hipótese alguma será admitido o procedimento de faturamento integral com desconto.
- 17.1.4** As Notas Fiscais impressas devem ter o mesmo conteúdo do arquivo enviado e deverá estar disponível no mínimo de 15 dias antes do dia de pagamento.

- 17.1.5** Após a validação do arquivo e das Notas Fiscais, os valores corretos e aprovados serão pagos através do código de barras, depósito bancário, DOC – Documento de Ordem de Crédito ou TED – Transferência Eletrônica Disponível, em 30 (trinta) dias corridos após o aceite das mesmas, pelo CONTRATANTE.
- 17.1.6** A Nota Fiscal que contenha divergência com relação ao estabelecido neste contrato, a CONTRATANTE comunicará à CONTRATADA, formalmente, o motivo da não aprovação, no prazo de 07 (sete) dias úteis.
- 17.1.7** A CONTRATADA deverá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da formalização da não aprovação, para sanar todas as divergências e enviar o documento fiscal.
- 17.2.** A CONTRATANTE promoverá a verificação no site <http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadin>, antes do todo e qualquer pagamento, para a devida comprovação de que a empresa contratada não esteja inscrita no CADIN – Cadastro Informativo Municipal da Prefeitura da Cidade de São Paulo, sendo que se for verificada a existência de registro(s) no CADIN, incidirão as disposições do artigo 3º da Lei Municipal nº 14.094/05, suspendendo o pagamento enquanto perdurar a inadimplência consignada no CADIN.
- 17.3.** Em caso de atraso de pagamento dos valores devidos à Contratada, mediante requerimento formalizado por esta, incidirão juros moratórios calculados utilizando-se o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e de juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança, para fins de compensação da mora (TR + 0,5% “pro-rata tempore”), observando-se para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorreu.
- 17.4.** Além de cumprir todas as legislações atinentes à sua constituição e os serviços prestados, a CONTRATADA deverá apresentar, a cada pedido de pagamento que efetue, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, todos os documentos que comprovem a regularidade fiscal da Empresa, apresentadas no início desta contratação, no original ou cópia com os respectivos originais para comprovação de autenticidade.
- 17.5.** Caso a Fatura contenha divergência com relação ao estabelecido no Instrumento Contratual, a Contratante ficará obrigada a comunicar a empresa contratada, formalmente, o motivo da não aprovação no prazo de 03 (três) dias úteis. A devolução da Fatura, devidamente regularizada pela Contratada, deverá ser efetuada em até 02 (dois) dias úteis da data da comunicação formal pela CONTRATANTE.

17.6. Níveis de serviço: glosa de acordo com a quantidade de minutos de *downtime* no mês (T), conforme fórmula abaixo, onde V é o valor mensal do contrato:

$$\frac{T}{43200} \times V$$

17.7. Em face do disposto no artigo 71, parágrafo 2º, da Lei 8.666/93, com a redação da Lei n.º 9.032/95, serão observadas, por ocasião de cada pagamento, as disposições do artigo 31, da Lei n.º 8.212, de 24 de julho de 1991, na sua redação atual e orientações vigentes expedidas pelo INSS e pela PMSP.

XVIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. A CONTRATADA deverá, a qualquer momento da relação contratual, assim com antes da assinatura de qualquer aditivo de prorrogação, ou mesmo após o encerramento do CONTRATO, mediante requisição expressa da CONTRATANTE, apresentar planilha de custos que compõe ou compuserem o valor dos serviços prestados, a fim de a CONTRATANTE possa eficazmente fiscalizar adequação da equação econômico financeira do CONTRATO ao longo do ajuste.

18.1.1. Verificadas mudanças na composição dos custos dos preços após a assinatura do CONTRATO, as partes contratantes deverão, por mútuo acordo, proceder à recomposição de preços, sem prejuízo dos reajustes previstos contratualmente que reflitam a desvalorização da moeda e demais dispositivos legais atinentes.

18.2. É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência para esclarecer ou complementar a instrução do processo.

18.3. Fica assegurado à Contratante o direito de, no interesse da Administração, revogar e por ilegalidade, anular, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes, conforme artigo 49 da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações.

18.4. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a PRODAM-SP não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

- 18.5. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 18.6. Após apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 18.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.
- 18.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na PRODAM-SP.
- 18.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão do Pregão Eletrônico.
- 18.10. As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.
- 18.11. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este Pregão deverão ser enviados ao Pregoeiro até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no seguinte endereço: licitacao@prodam.sp.gov.br. As respostas serão postadas no site www.comprasnet.gov.br.
- 18.12. A homologação do resultado desta licitação, não implicará em direito à contratação do objeto licitado. O compromisso contratual só estará caracterizado pela assinatura do respectivo instrumento contratual.

- 18.13.** Aos casos omissos aplicar-se-ão às demais disposições constantes das Leis Federais nº 8.666/93 e suas atualizações e nº 10.520/02; Lei Municipal nº 13.278/02 e Decretos Municipais nºs 43.406/03, 44.279/03, 45.992/05, 46.662/05 e 47.014/06 e 49.511/08, 50.537/09.
- 18.14.** O Foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será a Comarca de São Paulo-SP, com exclusão de qualquer outro.

São Paulo, ____ de _____ 2013.

MÁRCIO DE ANDRADE BELLISOMI
Diretor-Presidente

MARCELO ANDRADE PIMENTA
Diretor de Infraestrutura e Tecnologia

JOSÉ MAURO GOMES
Diretor de Administração e Finanças

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I

“TERMO DE REFERÊNCIA”

Prestação de serviços de redes sem fio

1 Objeto

1.1 Prestação de serviços de instalação de infraestrutura de redes sem fio, com manutenção, suporte, mão-de-obra, cabeamento, *link* Internet e demais equipamentos necessários, doravante denominada “Prestação de Serviços”, em áreas externas, dentro dos limites geográficos do Município de São Paulo, conforme ANEXO XI.

1.2 Para a completa Prestação de Serviços, deverão estar previstos:

1.2.1 Antenas direcionais, setoriais, omnidirecionais e cabos irradiantes;

1.2.2 Conectores e amplificadores;

1.2.3 Fios, cabos elétricos, de RF, UTP, STP, e cabos ópticos;

1.2.4 *Racks* e demais equipamentos de bastidores de ambientes de Tecnologia da Informação (TI) e de Telecomunicações;

1.2.5 Torres, postes e suportes para instalação e fixação dos equipamentos, acompanhados de sistemas próprios de proteção contra descargas atmosféricas, caso necessário;

1.2.6 *Hardware* computacional necessário, tais como computadores, *no-breaks*, *access points*, *wireless controllers*, *access switches*;

1.2.7 Software básico necessário, como sistemas operacionais, servidores de bancos de dados relacionais, *drivers*, servidores do tipo *syslog*, SNMP ou similares;

1.2.8 *Network appliances* ou *software* para serviços de autenticação, contabilização de tráfego, controle de acesso de usuários (AAA), *firewall*, *IPS (Intrusion Prevent System)*, antivírus de *gateway*, sistemas de QoS, limitação de banda, volumetria de tráfego, filtros de conteúdo e detecção de *access points* não-autorizados;

1.2.9 Ferramentas e equipamentos para *site survey* e confecção de plantas simples ou croquis de instalação;

1.2.10 Equipamentos de comunicação de dados (com ou sem fio) necessários para o funcionamento e intercomunicação dos pontos da rede *wi-fi* e cabeamento estruturado associado;

1.2.11 Fornecimento de instalação adicional de energia elétrica estabilizada e dotada de no-break ou UPS, incluindo Sistema de Proteção de Descargas Atmosféricas, fios e condutores elétricos, *surge protectors*, isolantes elétricos, canaletas, eletrocalhas, eletrodutos, braçadeiras, suportes, parafusos e dispositivos de fixação;

1.2.11.1 Os equipamentos devem ser instalados mantendo-se o padrão de pintura e acabamento do local onde forem instalados;

1.2.11.2 Os eletrodutos, eletrocalhas e conduítes devem ser instalados sem compartilhamento com outros serviços e devem conter marcação indicando o nome da CONTRATADA, PRODAM e o número de telefone indicado pela PRODAM;

1.2.11.3 Os serviços deverão ser executados de acordo com as normas NBR 5410, NBR 5419 e NBR 14565, em suas versões mais recentes;

1.2.12 Ferramentas de *software* para configuração e gerenciamento da rede, com registro de chamados, atendimentos e ocorrência, e possibilidade de extração de relatórios gerenciais de uso, performance, problemas e alertas de monitoramento;

1.2.12.1 Acesso somente leitura desta ferramenta para a PRODAM que a seu critério poderá torná-la pública;

1.2.13 As Ferramentas de *software* para autenticação, armazenamento de dados de cadastro, acesso e uso dos usuários será instalada localmente e será um espelho da existente na PRODAM e seguindo os mesmos padrões adotados:

1.2.13.1 Banco de Dados para os dados dos usuários;

1.2.13.2 Usuários no padrão LDAP;

1.2.13.3 Portal Captiva;

1.2.13.4 Radius;

1.2.14 Estoque de equipamentos e outros itens, criando uma reserva técnica de reposição rápida para fins de cumprimento dos níveis de serviço;

1.2.15 Link de comunicação para acesso da CONTRATADA à ferramenta de software para armazenamento de dados de cadastro e uso dos usuários e acesso da PRODAM a ferramentas de *software* para configuração e gerenciamento da rede;

2 Características da Prestação de Serviços

2.1 Características de equipamentos

- 2.1.1** Os equipamentos de rádio frequência deverão ser homologados pela ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações);
- 2.1.2** Deverão ser instalados access points dual band;
- 2.1.3** Deverão atender ao padrão MIMO 3x3;
- 2.1.4** Deverão ser capaz de operar em malha de rede “Mesh”, ou equivalente;
- 2.1.5** Deverão ser capazes de operar com beamforming;
- 2.1.6** Deverão ser capazes de operar em ponto-multiponto;

2.2 Protocolos

2.2.1 As redes instaladas devem ser compatíveis com equipamentos tais como e não se limitando à celulares, *handhelds*, *notebooks*, *tablets*, *netbooks* e *desktops* através dos seguintes protocolos IEEE:

- 2.2.1.1** IEEE 802.11a;
- 2.2.1.2** IEEE 802.11b;
- 2.2.1.3** IEEE 802.11g;
- 2.2.1.4** IEEE 802.11n;
- 2.2.1.5** IEEE 802.11ac (draft 5.0 ou superior);

2.2.2 Os SSIDs deverão ser configurados de acordo com parâmetros especificados pela Gestora Técnica do Contrato (PRODAM), podendo, inclusive, não ser divulgado em *broadcast (hidden)*;

2.2.2.1 As redes *wireless* poderão estar localizadas em VLANs distintas, determinadas a critério do Gestora Técnica do Contrato;

2.2.2.2 As frequências de operação dos equipamentos fornecidos devem se situar nas faixas permitidas, de 2.4GHz e 5GHz.

2.3 Instalação e Cobertura

2.3.1 Qualquer área de propriedade, uso, supervisão, ou cedida ao CONTRATANTE, pode ser utilizada para fins de implantação de rede sem fio (*wireless*);

2.3.1.1 Em equipamentos homologados para utilização pela CONTRATANTE, tais como postes de iluminação, paredes, colunas, pontes, caixas d'água, entre outros.

2.3.2 A cobertura da rede será definida pela CONTRATANTE e Gestora Técnica do Contrato em planta ou croqui já existente ou, caso necessário, elaborado pela CONTRATADA;

2.3.2.1 O croqui, ao ser modificado pelo CONTRATANTE, deve conter os limites iniciais das áreas a serem cobertas, com determinação dos tipos de cobertura, conforme definidos no item 5.1, dos Pontos de Interesse, cuja aferição de SLA pela Gestora Técnica do Contrato é obrigatório;

2.3.3 A CONTRATADA, de posse do croqui inicial com as áreas de coberturas definidas, deverá inserir as localizações dos equipamentos utilizados para montagem da rede e confeccionar relatório de mudanças de infraestrutura, enviando ambos à Gestora Técnica do Contrato, para aprovação;

2.3.4 Uma vez efetuadas e aprovadas as alterações necessárias de infraestrutura, a Gestora Técnica do Contrato e CONTRATANTE informarão a CONTRATADA para início da implantação da rede;

2.3.4.1 A infraestrutura local de redes lógica e elétrica exclusiva para o funcionamento da rede *wi-fi* é de responsabilidade da CONTRATADA;

2.3.4.2 A infraestrutura local existente de elétrica, utilizada para o funcionamento da rede *wi-fi* é de responsabilidade da CONTRATANTE;

2.3.4.3 A data do envio desta informação será utilizada como início do prazo para fins de cumprimento dos níveis de serviço, definidos no item 3 deste termo de referência;

2.3.5 A rede deverá permitir movimentação livre dos equipamentos clientes e dos usuários da rede sem fio dentro da área de cobertura, sem desconexões ou novas autenticações (Roaming/Hand-over);

A área de cobertura, independentemente do seu tipo, será definida na forma de números múltiplos de 50 metros quadrados;

2.3.5.1 Não serão *permitidos* contratos para áreas mínimas, isto é, considerando o somatório das áreas de todos os tipos descritos no item 5.1 e pertencentes ao um mesmo logradouro ou área contígua, inferiores a 600 metros quadrados;

2.3.6 A CONTRATADA deve fornecer até 2 (dois) acessos padrão 1000Base-SX em cada localidade atendida, para fins de conectividade da rede sem fio ofertada a uma rede *cabeada* pré-existente para, por exemplo, fins de análise de QoS, tráfego e monitoramento dos serviços;

2.3.6.1 O cabeamento e o fornecimento de *patch cable* óptico estão inclusos em conjunto aos acessos;

2.3.6.2 Os acessos devem ser capazes de suportar o protocolo IEEE 802.11Q (VLAN *tagging*);

2.3.7 Alterações de *layout*

2.3.7.1 Quaisquer modificações solicitadas pela CONTRATANTE e Gestora Técnica do Contrato, tais como alteração de cobertura, capacidade do *link* de acesso Internet, mudanças estruturais que acarretem em alterações nos níveis de sinal ou na cobertura da rede *wireless* serão consideradas como *alterações*;

2.3.7.1.1 No caso específico das áreas com alta interferência, devem ser permitidas alterações de *layout*;

2.3.7.1.2 As alterações de *layout* devem ser implantadas por intermédio de novo mapeamento, efetuado pela CONTRATADA, para atualização dos croquis, a fim de correta mensuração dos níveis de serviço;

2.3.8 A Gestora Técnica do Contrato deverá autorizar o acesso da CONTRATADA às suas dependências, para o correto cumprimento da Prestação de Serviços;

2.3.9 O *hardware* deverá ser, sempre que possível, do tipo *rackmount*.

2.3.10 Os equipamentos de transmissão de RF e outros que porventura vierem a ser fixados em paredes, deverão ser acompanhados de pequenas obras de alvenaria, de modo a não contrastar com a estética do local instalado;

2.4 Funcionalidades

2.4.1 Criptografia

2.4.1.1 As redes deverão, a critério do Gestora Técnica do Contrato, utilizar criptografia na transmissão de dados, em um dos protocolos listados abaixo:

2.4.1.1.1 WEP (64 e 128 bits);

2.4.1.1.2 WPA;

2.4.1.1.3 WPA2;

2.4.1.2 As redes IEEE 802.11a/ac e IEEE 802.11b/g/n poderão utilizar as criptografias, a critério do Gestora Técnica do Contrato;

2.4.1.3 As redes IEEE 802.11a/ac e IEEE 802.11b/g/n poderão utilizar criptografias diferentes de acesso, a critério do Gestora Técnica do Contrato;

2.4.2 Autenticação e Controle de Acesso

2.4.2.1 A utilização da rede sem fio para acesso à Internet poderá ser precedida de autenticação do usuário, a critério do Gestora Técnica do Contrato, nas seguintes formas:

2.4.2.1.1 *Username*s e senhas de acesso;

2.4.2.1.2 Certificado digital padrão X.509, incluindo aqueles emitidos pelas entidades autorizadas pelo ICP Brasil;

2.4.2.1.3 Tabelas de *MAC Addresses*;

2.4.2.1.4 Senhas ou *vouchers* para acesso por tempo limitado, de funcionamento análogo aos cartões de telefonia celular;

2.4.2.2 Na ausência de autenticação, deve ser possível configurar uma lista de servidores *web* e de URL que podem ser acessados pelos usuários;

2.4.2.3 As configurações de segurança, tais como regras específicas de *firewall*, VLAN de acesso, controle de banda, devem estar vinculadas aos usuários através dos dados de autenticação;

2.4.2.4 A contratada deve prever a adoção de cópias locais das bases de cadastro e autenticação, para evitar atrasos na conexão dos dispositivos à rede *wireless*;

2.5 Cadastro de Usuários

2.5.1 Caso a CONTRATANTE solicite, a CONTRATADA se compromete a seguir os padrões de cadastro de usuários adotados pela PRODAM;

2.5.2 Os usuários poderão a critério da gestora passar por um processo de cadastro por uma das seguintes formas:

2.5.2.1 Através de cadastro via sistema *web* específico, com acesso pela Internet (portal da Prefeitura ou PRODAM) ou através da própria rede *wireless* descrita neste documento;

2.5.3 Deve ser fornecida ferramenta de extração de relatórios gerenciais, estatísticos e de segurança;

2.5.4 Todos os dados de cadastro e autenticação são instalados fisicamente em servidor dedicado da CONTRATADA e integrado com o de propriedade da PRODAM, ficando acessíveis à CONTRATADA apenas enquanto perdurar a prestação de serviços, devendo ser encaminhados ao Gestora Técnica do Contrato após o contrato em formato *flat text file* (arquivo texto, CSV ou ANSI SQL);

2.5.4.1 O *link* de comunicação entre a Gestora Técnica do Contrato e as localidades com redes *wireless* instaladas, ou central de gerenciamento da CONTRATADA, deverá ser implementado por *link* dedicado e protegido por *equipamento* tipo *firewall* fornecido em conjunto à Prestação de Serviços e dimensionado pela CONTRATADA;

2.5.4.1.1. A CONTRATADA deve prover um *mínimo* de 50 transações por segundo (leitura e escrita), divididas em um máximo de 5 conexões distintas, para atividades do Gestora Técnica do Contrato, tais como:

2.5.4.1.1.1. Integração com outros sistemas;

2.5.4.1.1.2. Verificação de inconsistências;

2.5.4.1.1.3. Análise de dados;

2.5.4.1.1.4. Geração de estatísticas;

2.5.4.1.1.5. Bloqueio ou desbloqueio de contas;

2.5.4.2 A CONTRATADA deve disponibilizar ferramenta e componente de *software* para listagem, criação e alteração dos *vouchers* e senhas de acesso;

2.5.4.2.1 Também deve ser possível exportar listagens de *vouchers* de acesso em formatos *flat files* (TXT, CSV e ODT (Open Document Text) para importação em bancos de dados e integração com sistemas externos;

2.5.4.2.2 As senhas devem ser armazenadas de forma criptografada, mas passível de serem reaproveitadas em outro sistema, quando da exportação de dados;

2.5.4.2.3 Detalhes da criptografia utilizada e ferramentas automatizadas e integráveis para criação ou alteração de senhas devem ser fornecidas ao Gestora Técnica do Contrato;

2.5.4.3 A CONTRATADA deve preservar o caráter confidencial das informações, não as utilizando, para uso próprio, sob nenhuma hipótese. Somente poderão ser repassadas as informações, em seu poder, à Prefeitura da Cidade de São Paulo, mediante prévia solicitação da Gestora Técnica do Contrato e/ou à autoridade pública solicitante, sob fundado pedido judicial e/ou administrativo vinculante, sempre observando os preceitos constitucionais atinentes à intimidade e ao sigilo dos dados pessoais.

2.6 Atualização Tecnológica

2.6.1.1 A CONTRATADA é responsável pela atualização tecnológica de todo *software* (incluindo-se *firmware*) da solução, devendo manter as versões sempre atualizadas;

2.6.1.1.1 Casos específicos que impossibilitem a utilização das últimas versões deverão ser encaminhados à Gestora Técnica do Contrato, para análise e autorização;

2.7 Acesso Internet

2.7.1 Deve ser fornecido, como parte da Prestação de Serviços, *link* de acesso à Internet;

2.7.1.1 Para cumprimento dos níveis de serviço, o *link* de acesso poderá ser redundante ou se conectar a várias operadoras, desde que atenda aos SLAs acordados;

2.7.2 O endereço IP externo à rede *wireless* não deve pertencer ao escopo de endereços definidos pela RFC 1918, que determina os blocos de endereçamento privado e o endereçamento interno será fornecido pela Gestora Técnica do Contrato, conforme a RFC 1918;

2.7.3 O *link* deve estar protegido contra ataques do tipo D.O.S, D.D.O.S.;

2.7.4 O acesso à internet deve ser protegido por *firewall stateful/IPS*, devendo ser compatível à demanda definida pelas densidades de equipamentos para cada tipo de área coberta;

2.7.4.1 A configuração do *firewall/IPS* deverá atender às diretrizes fornecidas pelo Gestora Técnica do Contrato;

2.7.4.2 A CONTRATADA deve tomar medidas proativas de configuração de regras de *firewall* como resposta rápida a incidentes para fins de atendimento dos níveis de serviço;

2.7.5 O acesso Internet deve permitir uma acomodação de usuários com base na regra a seguir:

2.7.5.1 A velocidade do *link* de acesso à Internet deve ser calculada através da regra de multiplicação entre acessos simultâneos e a velocidade padrão de cada usuário, no caso 512 Kbps;

2.7.6 O *link* de acesso deve permitir implementação de filtro de conteúdo, conforme descrito na Lei Municipal 14.098/2005 e antivírus de *gateway e spyware de gateway*;

2.7.6.1 Deve ser permitido, ao Gestora Técnica do Contrato, o bloqueio ou permissão explícitos de acesso a conteúdo de URLs, sites e endereços IP;

2.7.6.2 Logs de utilização: a contratada deverá ser capaz de armazenar, a critério da Gestora Técnica do Contrato, as logs de acesso, pelo período de duração do contrato, para verificação de possíveis irregularidades de acesso aos recursos de internet, contendo, no mínimo, as seguintes informações: usuário, ip de origem, data e hora, domínio e url acessada;

2.7.6.2.1 Ao término do contrato, os registros de log deverão ser repassados à Gestora do Contrato no formato CSV;

2.8 Segurança da Informação e Qualidade de Serviço (QoS)

A Prestação de serviços deverá possuir as seguintes funcionalidades, a critério da CONTRATANTE e Gestora Técnica do Contrato:

2.8.1 Meios de mapear e bloquear tráfego de rede por protocolos e usuários (*traffic accounting*);

2.8.2 Limitar velocidade de acesso à Internet para cada usuário, dispositivo, serviço (via detecção em *layer 7*), endereços IP e portas (TCP ou UDP) evitando abusos;

2.8.2.1 Deverá ser possível limitar a “zero” a velocidade de conexão à Internet de qualquer dispositivo;

2.8.2.2 Os limites máximo e mínimo poderão ser qualquer valor entre 32kbps e 16Mbps, ocorrendo em intervalos de 32kbps de resolução ou menos;

2.8.3 Deve ser possível a configuração de um tempo máximo de operação que, uma vez atingido, exija a re-autenticação do usuário;

2.8.4 Agendar períodos de funcionamento ou interrupção dos serviços para a rede sem fio;

2.8.4.1 No caso de interrupção de serviços, poderá ser facultado ao Gestora Técnica do Contrato o redirecionamento de todas as conexões para uma página *web* pré-determinada, para informação ao usuário;

2.8.5 O endereçamento IP dos equipamentos conectados à rede sem fio deverá ser feito de acordo com instruções do Gestora Técnica do Contrato, podendo ser:

2.8.5.1 Fixo;

2.8.5.2 Dinâmico (DHCP);

2.8.5.3 Tabela de endereços atribuídos via DHCP de acordo com *MAC Addresses* especificados;

2.9 Resposta a Incidentes

2.9.1 A CONTRATADA deve manter postura proativa na identificação de problemas de segurança lógica, tomando todas as medidas cabíveis de reação rápida em primeira instância;

2.9.1.1 O escalonamento das ações de segurança para outras instâncias competentes só será permitido com aprovação da Gestora Técnica do Contrato;

2.9.2 Todos os eventos de segurança detectados deverão estar acompanhados de relatórios operacionais das ações tomadas, em formato eletrônico (arquivos padrão PDF ou ODT (Open Document Text));

2.9.2.1 Estes relatórios devem ser classificados, armazenados, indexados e enviados em periodicidade semanal a Gestora Técnica do Contrato, ou sempre que solicitado por este, para análise e acompanhamento;

2.9.3 A rede *wireless* deve ter mecanismos de identificação de *access points* não autorizados, dentro da área de cobertura;

2.9.3.1 A CONTRATADA deve tomar medidas proativas para inibir a degradação de serviço provocada por estes equipamentos;

2.10 Regulação do Espectro

2.10.1 A CONTRATADA deve respeitar todas as regras de utilização do espectro que sejam relevantes para a correta Prestação de Serviços;

2.11 Engenharia de RF

2.11.1 A CONTRATADA deve efetuar constante monitoramento do espectro, planejando alterações de canais, ajustes ou reajustes de antenas, e compensação de potência para fins de otimização do uso do espectro de RF, minimizando interferências;

2.11.1.1 Este monitoramento deve ser feito de forma automática e centralizada em hardware específico para este fim ou pelos próprios equipamentos utilizados;

2.11.2 A CONTRATADA deve seguir todas as normas, portarias e demais legislações atinentes da Anatel e/ou quaisquer outros entes, organismos reguladores, entre outros, pertinentes à prestação de serviços;

2.12 Monitoramento

2.12.1 A contratada deverá disponibilizar um *dashboard* das ferramentas de *software* para configuração e gerenciamento da rede contendo no mínimo as seguintes informações:

- 2.12.1.1** APs (Access Points) ativos
- 2.12.1.2** APs inativos
- 2.12.1.3** SSIDs propagados em cada localidade
- 2.12.1.4** Quantidade de usuários em cada Access Point
- 2.12.1.5** Quantidade de usuários em cada unidade
- 2.12.1.6** Tráfego de rede em cada unidade
- 2.12.1.7** Disposição do RF da unidade
- 2.12.1.8** Rogue APs
- 2.12.1.9** Mapa da localidade (no padrão CAD e em escala) com:
 - 2.12.1.9.1** Localização dos APs
 - 2.12.1.9.2** Níveis de sinal por AP
 - 2.12.1.9.3** Cobertura do sinal de cada AP na planta

2.12.2 As ferramentas de *software* para configuração e gerenciamento da rede devem possuir relatórios de todos os subitens descritos acima

- 2.12.2.1** O tempo de histórico dos dados disponíveis em relatório deverá ser armazenado pelo período do contrato;

2.13 Cobertura

2.13.1 A cobertura da rede sem fio, definida pela mensuração de nível do sinal RF pertencente ao SSID definido pelo Gestor Técnico do Contrato, deve ser acima de;

- 2.13.1.1** -85dBm para o padrão 802.11a e 802.11ac;
- 2.13.1.2** -90dBm para os padrões 802.11b e 802.11g;

2.13.1.3 -87 dBm para - 802.11n BW 20MHz: MCS8 10-5; -67 dBm para 802.11n BW 20MHz: MCS15; -67 para 10-5 BER, -82 dBm para 802.11n BW 40MHz: MCS8 10-5 BER; -62 dBm para 802.11n BW 40MHz: MCS15 10-5 BER;

2.13.1.4 Os níveis de sinal serão aferidos no ponto central de uma área de no mínimo 600 metros quadrados;

2.14 Funcionamento da rede wireless

2.14.1 Através de envio de pacote ICMP (*ping*) ao roteador de acesso à Internet;

2.14.2 O tempo médio de retorno deve ser inferior a 5ms em grupos de 100 *pings*;

2.14.3 O envio de 3 grupos seguidos de *pings* com tempos médios de retorno inferiores ao máximo permitido configura em não atendimento do nível de serviço;

2.15 Acesso Internet

2.15.1 O acesso Internet deverá possuir índice de disponibilidade descritas no item 14.13 do Edital, incluindo-se sistemas auxiliares de *proxy*, *firewall* e filtros de conteúdo, ou outros que vierem a ser necessários;

3 Gestão

3.1 A Gestora Técnica do Contrato será a Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de São Paulo, **PRODAM-SP**, exercendo suas atribuições nos termos do presente documento e, ainda, conforme Decreto Municipal n.º 45.992/2005 e atualizações.

3.2 A CONTRATADA deverá nomear gerente(es) da prestação de serviços, para fins de comunicação com a Gestora Técnica do Contrato;

4 Tabelas de Áreas de Cobertura

4.1 Tabela de composição de área de cobertura

Tipo Densidade	Criticidade
Baixa Densidade (1 usuário/50m2)	Critico (99%)
Alta Densidade (1 usuário/5m2)	Critico (99%)
Baixa Densidade (1 usuário/50m2)	Não Critico (96%)
Alta Densidade (1 usuário/5m2)	Não Critico (96%)

4.2 Acesso Internet

4.2.1 O *link* de acesso à Internet terá precificação exclusiva no contrato, sendo, particularmente, sujeito a adequações através de **aditamento** particular de contrato, conforme termos da lei 8666/93.

5.2.2 A velocidade mínima de download/upload deve ser calculada mensalmente;

5.2.3 Cada sessão simultânea deverá ter no mínimo 512kbps de banda internet para upload e download;

5.2.4 A velocidade nominal do link é a multiplicação de sessões simultâneas pela velocidade mínima, **indicada no item 5.2.3;**

LUIZ ANTONIO VALE MOURA
Gerência de Telecomunicações - GIC

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO

ANEXO II
DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO

PREGÃO ELETRÔNICO n.º __.____/13

_____ (nome da empresa), com sede em
_____ (endereço da empresa), neste ato representada por
_____ (nome por extenso)_____, identidade nº _____ (órgão
expedidor), vem, pelo presente, DECLARAR que o(s) serviço(s) ofertado(s), atende(m) todos os
requisitos gerais e específicos descritos no Anexo I – Termo de Referência, estando cientes das sanções
previstas na Cláusula XVI do Edital.

Declaramos, ainda, estar ciente de que caso não sejam verificadas as condições acima mencionadas,
estaremos sujeitos às sanções administrativas previstas nas leis que regem o presente Edital de Licitação.

_____ local e data _____

_____ (Assinatura) _____
(nome completo)

OBS: a Declaração deverá ser feita em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) representante(s) legal(ais).

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE E DE INEXISTÊNCIA DE SUSPENSÃO

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE E DE INEXISTÊNCIA DE SUSPENSÃO

À
PRODAM-SP

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO n.º ____./____/13

A empresa _____ declara, sob as penas da lei, o que se segue:

- 1- que até a presente data não há qualquer fato impeditivo à sua habilitação;
- 2- que não foi declarada suspensa ou inidônea por qualquer Ente/Órgão da Administração Direta e Indireta da PMSP, demais Prefeituras, Governos Estaduais e Federal;
- 3- que se compromete a informar a superveniência de decisório que a julgue inidônea, durante a tramitação do procedimento licitatório ou da execução do contrato.
- 4- que observa rigorosamente o disposto no artigo 7º, Inciso XXXIII da Constituição Federal.

São Paulo, _____, de _____ de 2013.

(nome/representante legal)

OBS.: a Declaração deverá ser feita em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) representante(s) legal(ais).

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE

À
PRODAM-SP

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO n.º ____./_____/13

A empresa _____ com sede na _____ n.º _____, CNPJ n.º _____, DECLARA, para a sua habilitação no presente processo licitatório, sob as penas da lei, que se enquadra na situação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar n.º 123/2006 e Decreto Municipal 49.511/08.

São Paulo, _____, de _____ de 2013.

Contador e/ou Técnico em Contabilidade
Conforme Edital
C . R. C.
Nome legível

Assinatura do Responsável legal pela Empresa
RG n.º _____
(Nome legível, cargo, Carimbo do CNPJ)

OBS.: a Declaração deverá ser apresentada no original em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) representante(s) legal(ais).

ANEXO V

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº

Aos dias do mês de de 20....., a **EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO – PRODAM-SP – S/A**, sita nesta Capital na Av. Francisco Matarazzo, n.º 1.500, Água Branca, inscrita no CNPJ sob o nº 43.076.702/0001-61, neste ato representada pelo Diretor Presidente, Diretor de Administração e Finanças e Diretor de Infraestrutura, nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 8.666/93, com as alterações posteriores, da Lei Federal nº 10.520/02, das Leis Municipais nº 13.278/02 e 14.145/06 e Decretos Municipais nºs 43.406/03, 44.279/03, 46.662/05, 47.014/06 e 49.511/08 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta segundo critério estabelecido no PREGÃO ELETRÔNICO Nº, e em virtude da deliberação do Pregoeiro, publicada no Diário Oficial do Município de São Paulo de, e homologada pelos Srs. Diretor Presidente, Diretor de Administração e Finanças e Diretor de Infraestrutura da PRODAM-SP às fls. do processo PE-....., **RESOLVE registrar os preços PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE REDES SEM FIO, COM MANUTENÇÃO, SUPORTE, MÃO-DE-OBRA, CABEAMENTO, LINK INTERNET E DEMAIS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, DORAVANTE DENOMINADA “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS”, EM ÁREAS EXTERNAS, DENTRO DOS LIMITES GEOGRÁFICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**, cujas descrições detalhadas encontram-se no Anexo I – Termo de Referência – do Pregão Eletrônico nº, sendo também Anexo I desta Ata, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada em 1º lugar no certame acima numerado. A classificação da empresa foi a constante da Ata de Classificação e Julgamento do certame, estando a referida empresa representada conforme indicado abaixo, observadas as condições enunciadas nas Cláusulas que se seguem:

EMPRESA CLASSIFICADA EM 1º LUGAR - DETENTORA DA ATA:

.....
.....
.....
.....

CLÁUSULA I - OBJETO

1.1 – O presente Pregão Eletrônico tem por objeto **registrar preços** para futura contratação de empresa especializada em **“PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE REDES SEM FIO, COM MANUTENÇÃO, SUPORTE, MÃO-**

DE-OBRA, CABEAMENTO, LINK INTERNET E DEMAIS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, DORAVANTE DENOMINADA “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS”, EM ÁREAS EXTERNAS, DENTRO DOS LIMITES GEOGRÁFICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO”, conforme descrições detalhadas, constantes no Anexo I – Termo de Referência, o qual é parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA II – IMPLANTAÇÃO

2.1 – A implantação e execução dos serviços objeto desta Ata de Registro de Preços serão realizados de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I deste instrumento.

CLÁUSULA III – VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, podendo ser prorrogada por até 12 (doze) meses, desde que haja anuência das partes, conforme previsto no artigo 36, do Decreto Municipal nº 44.279/03.

3.2 – Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços deverão ser observadas as seguintes condições:

- a) Os órgãos participantes da presente Ata de Registro de Preço não serão obrigados a adquirir os serviços desta Ata, exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo licitar quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa Detentora, ou cancelar a Ata na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à Detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa;
- b) A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços a Detentora se obriga a cumprir, na sua íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeita, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas;
- c) O prazo para assinatura dos contratos decorrente desta Ata de Registro de Preços será de 3 (três) dias úteis após a convocação nesse sentido, podendo ser prorrogado, por igual período, apenas uma vez, em caso de situação justificável aceita pela CONTRATANTE. Caso haja alguma taxa ou emolumento cobrado pelo órgão contratante para elaboração do Instrumento Contratual, o valor será pago pela empresa detentora da Ata de Registro de Preços.

c.1) A convocação tratada neste item poderá se dar por publicação no Diário Oficial da Cidade, por fax, por e-mail (constante na Proposta de Preços) e/ou outra forma válida e eficaz de comunicação, a critério da Contratante.

d) Os contratos firmados pela PRODAM ou por qualquer órgão participante, frutos de adesão a esta Ata, serão formalizados com base no Anexo VI do Edital – Minuta do Instrumento Contratual;

e) Para a assinatura do contrato a Detentora deverá apresentar todos os documentos relativos à regularidade fiscal caso aqueles apresentados na fase de assinatura desta Ata de Registro de Preços estejam com seus prazos de validade expirados, e ainda estar em situação regular junto ao CADIN (Cadastro Informativo Municipal) do Município de São Paulo (Lei Municipal n.º 14.094/05 e Decreto Municipal n.º 47.096/06), mediante consulta ao site <http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadin/>.

3.3 – A Detentora apresentará, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da assinatura de cada contrato oriundo desta Ata, garantia contratual na forma do artigo 56, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratado.

3.4 – A garantia oferecida deverá ter vigência, expressamente mencionada, desde a data de assinatura do contrato até 3 (três) meses posterior ao seu término da garantia, devendo ser renovada e seu valor reajustado pelo mesmo índice percentual, se ocorrer, a cada prorrogação efetivada no contrato.

3.5 – Para cobrança pela Contratante de quaisquer valores da Contratada, a qualquer título, a garantia poderá ser executada.

3.6 – A garantia poderá ser executada pela Contratante a partir do 3º (terceiro) dia, contado da resposta NÃO CONHECIDA E/OU IMPROCEDENTE acerca da notificação judicial ou extrajudicial à Contratada, na hipótese do não cumprimento de suas obrigações contratuais.

3.7 – No caso de seguro-garantia, a instituição prestadora da garantia contratual deve ser devidamente autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e, no caso de fiança bancária, pelo Banco Central do Brasil.

3.8 – Não sendo a garantia executada por força de penalidade administrativa e não restando configurado o constante nos itens anteriores ou qualquer débito a saldar com a Contratante, que vedam a restituição da garantia contratual, esta será restituída ao término do contrato.

CLÁUSULA IV – PREÇOS E QUANTIDADES PREVISTAS DE DEMANDA

4.1 – Os preços dos serviços registrados são os constantes das Planilhas de Preços abaixo:

	Tipo de Densidade	Criticidade	Quantidade (m2)	Valor da Instalação R\$ (A) 29 unidades	Valor Mensal (B)	Valor para 36 meses (Bx36=C)	Valor Total R\$ (A+C)
LOTE I	Baixa Densidade (1 usuário/50m2)	Crítico (99%)	-	-	-	-	-
	Alta Densidade (1 usuário/5m2)	Crítico (99%)	-	-	-	-	-
	Baixa Densidade (1 usuário/50m2)	Não Crítico (96%)					
	Alta Densidade (1 usuário/5m2)	Não Crítico (96%)					
				Subtotal (1)	R\$ _____		

	Valor Internet por usuário mensal	Quantidade de Usuários estimado (total de unidades)	Total
LOTE I			
Sub-total (2)			

PREÇO TOTAL = R\$ _____ (sub-total 1 + sub-total 2)

	Tipo de Densidade	Criticidade	Quantidade (m2)	Valor da Instalação R\$ (A) 30 unidades	Valor Mensal (B)	Valor para 36 meses (Bx36=C)	Valor Total R\$ (A+C)
LOTE II	Baixa Densidade (1 usuário/50m2)	Crítico (99%)	-	-	-	-	-
	Alta Densidade (1 usuário/5m2)	Crítico (99%)	-	-	-	-	-
	Baixa Densidade (1 usuário/50m2)	Não Crítico (96%)					
	Alta Densidade (1 usuário/5m2)	Não Crítico (96%)					
				Subtotal (1)	R\$ _____		

	Valor Internet por usuário mensal	Quantidade de Usuários estimado (total de unidades)	Total
LOTE II			

	Sub-total (2)	

PREÇO TOTAL = R\$ _____ (sub-total 1 + sub-total 2)

	Tipo de Densidade	Criticidade	Quantidade (m2)	Valor da Instalação R\$ (A) 18 unidades	Valor Mensal (B)	Valor para 36 meses (Bx36= C)	Valor Total R\$ (A+C)
LOTE III	Baixa Densidade (1 usuário/50m2)	Crítico (99%)	-	-	-	-	-
	Alta Densidade (1 usuário/5m2)	Crítico (99%)	-	-	-	-	-
	Baixa Densidade (1usuário/50m2)	Não Crítico (96%)					
	Alta Densidade (1 usuário/5m2)	Não Crítico (96%)					
				Subtotal (1)	R\$ _____		

	Valor Internet por usuário mensal	Quantidade de Usuários estimado (total de unidades)	Total
LOTE III			
	Sub-total (2)		

PREÇO TOTAL = R\$ _____ (sub-total 1 + sub-total 2)

	Tipo de Densidade	Criticidade	Quantidade (m2)	Valor da Instalação R\$ (A) 17 unidades	Valor Mensal (B)	Valor para 36 meses (Bx36= C)	Valor Total R\$ (A+C)
LOTE IV	Baixa Densidade (1 usuário/50m2)	Crítico (99%)	-	-	-	-	-
	Alta Densidade (1 usuário/5m2)	Crítico (99%)	-	-	-	-	-
	Baixa Densidade (1usuário/50m2)	Não Crítico (96%)					
	Alta Densidade (1 usuário/5m2)	Não Crítico (96%)					
				Subtotal (1)	R\$ _____		

LOTE IV	Valor Internet por	Quantidade de	Total
----------------	--------------------	---------------	-------

	usuário mensal	Usuários estimado (total de unidades)	
	Sub-total (2)		

PREÇO TOTAL = R\$ _____ (sub-total 1 + sub-total 2)

	Tipo de Densidade	Criticidade	Quantidade (m2)	Valor da Instalação R\$ (A) 26 unidades	Valor Mensal (B)	Valor para 36 meses (Bx36= C)	Valor Total R\$ (A+C)
LOTE V	Baixa Densidade (1 usuário/50m2)	Crítico (99%)	-	-	-	-	-
	Alta Densidade (1 usuário/5m2)	Crítico (99%)	-	-	-	-	-
	Baixa Densidade (1 usuário/50m2)	Não Crítico (96%)					
	Alta Densidade (1 usuário/5m2)	Não Crítico (96%)					
				Subtotal (1)	R\$ _____		

	Valor Internet por usuário mensal	Quantidade de Usuários estimado (total de unidades)	Total
LOTE V			
	Sub-total (2)		

PREÇO TOTAL = R\$ _____ (sub-total 1 + sub-total 2)

4.1.1 - Os preços registrados têm caráter orientativo (preço máximo), cabendo ao gerenciador da Ata, bem como as unidades interessadas, a obrigatoriedade de promover prévia pesquisa de preço que revele a conveniência da contratação.

CLÁUSULA V – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

5.1 – Considerando o prazo de validade estabelecido no item 3.1, da Cláusula III, da presente Ata e, em atendimento ao § 1º, artigo 28, da Lei Federal nº 9.069, de 29.06.95 e demais legislações, é vedado qualquer reajustamento de preços, ressalvada a possibilidade de readequação dos preços para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro em face da superveniência de normas governamentais, aplicáveis ao objeto desta Ata.

- 5.1.1. Após o período inicial de 12 (doze) meses de vigência, a presente Ata poderá ser reajustada, aplicando-se a variação do Índice de Preços ao Consumidor IPC/FIPE, a contar da data da apresentação da proposta.

CLÁUSULA VI - FATURAMENTO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1 – Instalação / Serviço

- 6.1.1 - O valor referente à instalação será pago conforme descrito nos itens abaixo e considerando a data de emissão do “Termo de Aceite” correspondente, de acordo com o Termo de Referência Anexo I desta Ata de Registro de Preço.
- 6.1.2 - Nos preços deverão estar incluídos todos os tributos e encargos que incidam ou venham a incidir sobre o contrato, que não tiverem expressamente ressalvados, com a indicação das respectivas alíquotas, além da garantia mínima total contra defeitos de fabricação dos equipamentos, de 36 (trinta e seis) meses contados a partir do respectivo Termo de Aceite Individual, bem como a manutenção e suporte técnico do software, durante a vigência do contrato.
- 6.1.3 - Para pagamento a Contratada deve enviar um arquivo eletrônico contendo as informações necessárias (designação do acesso, data de ativação, período de faturamento, valor mensal, desconto por interrupção) para validação da prestação do serviço, até o 5º dia do mês subsequente ao da prestação de serviço. O período de faturamento do serviço deve ser contado a partir do primeiro dia até o último dia mês. No caso da ativação do serviço ocorrer durante este período de faturamento do serviço, a PRODAM ou Unidade PMSP deve faturar apenas o pro rate dias do período entre o dia da ativação até o último dia do mês, em hipótese alguma será admitido o procedimento de faturamento integral com desconto.
- 6.1.4 - As Notas Fiscais impressas devem ter o mesmo conteúdo do arquivo enviado e deverá estar disponível no mínimo de 15 dias antes do dia de pagamento.
- 6.1.5 - Após a validação do arquivo e das Notas Fiscais, os valores corretos e aprovados serão pagos através do código de barras, depósito bancário, DOC – Documento de Ordem de Crédito ou TED – Transferência Eletrônica Disponível, em 30 (trinta) dias corridos após o aceite das mesmas, pelo Contratante.
- 6.1.6 - A Nota Fiscal que contenha divergência com relação ao estabelecido neste contrato, a Contratante comunicará à Contratada, formalmente, o motivo da não aprovação, no prazo de 07 (sete) dias úteis.

6.1.7 - A Contratada deverá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da formalização da não aprovação, para sanar todas as divergências e enviar o documento fiscal.

6.2 – A Contratante promoverá a verificação no site <http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadin>, antes do todo e qualquer pagamento, para a devida comprovação de que a empresa contratada não esteja inscrita no CADIN – Cadastro Informativo Municipal da Prefeitura da Cidade de São Paulo, sendo que se for verificada a existência de registro(s) no CADIN, incidirão as disposições do artigo 3º da Lei Municipal nº 14.094/05, suspendendo o pagamento enquanto perdurar a inadimplência consignada no CADIN.

6.3 – Em caso de atraso de pagamento dos valores devidos à Contratada, mediante requerimento formalizado por esta, incidirão juros moratórios calculados utilizando-se o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e de juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança, para fins de compensação da mora (TR + 0,5% “pro-rata tempore”), observando-se para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorreu.

6.4 – Além de cumprir todas as legislações atinentes à sua constituição e os serviços prestados, a CONTRATADA deverá apresentar, a cada pedido de pagamento que efetue, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, todos os documentos que comprovem a regularidade fiscal da Empresa, apresentadas no início desta contratação, no original ou cópia com os respectivos originais para comprovação de autenticidade.

6.5 – Caso a fatura contenha divergência com relação ao estabelecido no Instrumento Contratual, a Contratante ficará obrigada a comunicar a empresa contratada, formalmente, o motivo da não aprovação no prazo de 03 (três) dias úteis. A devolução da fatura, devidamente regularizada pela Contratada, deverá ser efetuada em até 02 (dois) dias úteis da data da comunicação formal pela Contratante.

6.6 – Níveis de serviço: glosa de acordo com a quantidade de minutos de *downtime* no mês (T), conforme fórmula abaixo, onde V é o valor mensal do contrato:

$$\frac{T}{43200} \times V$$

6.7 – Em face do disposto no artigo 71, parágrafo 2º, da Lei 8.666/93, com a redação da Lei n.º 9.032/95, serão observadas, por ocasião de cada pagamento, as disposições do artigo 31, da Lei n.º 8.212, de 24 de julho de 1991, na sua redação atual e orientações vigentes expedidas pelo INSS e pela PMSP.

CLÁUSULA VII - DAS PENALIDADES

7.1 – A Detentora da Ata de Registro de Preços ficará sujeita às penalidades previstas nas Leis Federais nº 8.666/93 e suas atualizações, nº 10.520/02 e nº 8.078/90, nas Leis Municipais ns 13.278/02 e 14.145/06 e nos Decretos Municipais nºs 44.279/03, 46.662/05, 47.014/06 e 49.511/08 e demais legislações pertinentes, sem prejuízo da aplicação de outras cabíveis, e especial:

- a) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata no caso da Detentora recusar-se a assinar os Instrumentos Contratuais oriundos desta Ata;
- d) Cancelamento da Ata de Registro de Preços, conforme disposto no artigo 12 da Lei Municipal nº 13.278/02;
- e) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total registrado em Ata, no caso de rescisão e/ou cancelamento da respectiva Ata de Registro de Preços por culpa ou a requerimento da Detentora, sem motivo justificado ou amparo legal, a critério da PRODAM-SP.

7.2 – A Contratada estará sujeita às penalidades previstas no "caput" do item 7.1 acima, e em especial:

- a) Multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato por dia de atraso no início da prestação de serviços, até o limite de 5% (cinco por cento), a qual deverá ser descontada da(s) primeira(s) fatura(s), até a totalidade da multa ou cobrada judicialmente, conforme o caso. A partir do 6º (sexto) dia de atraso, será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato por dia de atraso, sem motivo justificado, limitada a 15% (quinze por cento) e poderá o Instrumento Contratual, ainda, a critério da PRODAM-SP, ser rescindido e aplicadas, cumulativamente, as sanções previstas nas alíneas “g” e “h” abaixo;
- b) Pela indisponibilidade de qualquer item da solução proposta (hardware e/ou software) por responsabilidade da Contratada, a mesma ficará sujeita à multa calculada proporcionalmente ao valor da unidade, conforme abaixo:

$$\text{Multa} = 10\% (100\% - \text{DA}) \times \text{VMC onde:}$$

- DA (%) = Disponibilidade Atingida no mês, aferida de acordo com o disposto no subitem 5.1 do Termo de Referência – Anexo I deste instrumento;

VMC (R\$) = Valor Mensal da unidade em moeda corrente

- c) Pela indisponibilidade reincidente de qualquer item da solução proposta (hardware e/ou software) por responsabilidade da Contratada, a mesma ficará sujeita à multa calculada proporcionalmente ao valor da unidade, conforme abaixo:

$$\text{Multa} = 2\% (100\% - \text{DA}) \times \text{VMC} \times (\text{P} - 5) \text{ onde:}$$

- DA (%) = Disponibilidade Atingida no mês, aferida de acordo com o disposto no subitem 5.1 do Termo de Referência – Anexo I deste instrumento;
- P = número de indisponibilidades no mês;

VMC (R\$) = Valor Mensal da unidade em moeda corrente

A multa só será aplicada quando $(P - 5)$ for um número maior que zero.

- d) Multa de 1% (um por cento) sobre o valor mensal do Instrumento Contratual, pelo não cumprimento dos prazos previstos no item 3.2, letra “c” deste instrumento;
- e) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato se o serviço prestado estiver em desacordo com as especificações contidas no Contrato, a qual será cobrada extra ou judicialmente, conforme o caso;
- f) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do Instrumento Contratual, pelo descumprimento das demais cláusulas do mesmo e na reincidência, o dobro, a ser cobrada extra ou judicialmente, conforme o caso, exceto aquelas cujas sanções são as já estabelecidas, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que couber;
- g) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do instrumento Contratual, atualizados, no caso de rescisão, por culpa ou requerimento da Contratada, sem motivo justificado ou amparo legal, a critério da PRODAM-SP;
- h) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PRODAM-SP pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

7.3 – É facultado à PRODAM-SP ou ao órgão contratante o direito de rescindir o Instrumento Contratual, total ou parcialmente, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, nos casos previstos nos artigos de 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

7.4 – A abstenção, por parte da PRODAM-SP ou do órgão contratante, do uso de quaisquer das faculdades concedidas no Instrumento Contratual e no Edital não importará em renúncia ao seu exercício.

7.5 – A aplicação de qualquer penalidade prevista nesta ata não exclui a possibilidade de aplicação das demais, bem como das penalidades previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas atualizações, na Lei nº 10.520/02, Leis Municipais nºs 13.278/02 e 14.145/06 e Decretos Municipais nºs 43.406/03, 44.279/03, 46.662/05, 47.014/06 e 49.511/08.

7.6 – Havendo o descumprimento da presente ata, bem como de cláusula contratual, caberá ao órgão contratante, notificar expressamente a empresa Detentora/Contratada, para apresentação de defesa prévia nos termos da lei.

7.6.1 – Caso não haja defesa prévia ou o motivo justificado não seja aceito pelo órgão contratante, deverá o processo administrativo ser encaminhado à PRODAM-

SP para avaliação quanto a possibilidade da aplicação das sanções administrativas, conforme disposto no inciso III do artigo 14 do Decreto Municipal n.º 45.992/05.

CLÁUSULA VIII – CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito:

8.1.1 - Pela PRODAM-SP, quando:

- a) A Detentora não cumprir as obrigações constantes da Ata de Registro de Preços;
- b) A Detentora não formalizar contrato decorrente do Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a PRODAM-SP não aceitar sua justificativa;
- c) A Detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do Registro de Preços;
- d) Em qualquer caso de inexecução total ou parcial do contrato decorrente da Ata de Registro de Preços;
- f) A transferência no todo ou em parte do Instrumento Contratual;
- g) Por razões de interesse público, devidamente, motivadas e justificadas pela Administração;
- h) Sempre que ficar constatado que a Detentora perdeu qualquer das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.1.1.1 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos no item 8.1.1, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços;

8.1.1.2 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município, por 2 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

8.1.2 – Pela Detentora quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.1.2.1 - A solicitação da Detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA IX - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 – Integram esta Ata o Edital do Pregão nº e a proposta da empresa classificada em 1º lugar no certame supracitado.

9.2 – Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir toda e qualquer questão decorrente da utilização da presente Ata.

9.3 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e atualizações subsequentes, bem como as demais normas aplicáveis.

E por estarem assim, justos e avençados, assinam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor, perante as testemunhas abaixo.

São Paulo, .. de de 20__.

Pela PRODAM-SP:

Pela DETENTORA:

TESTEMUNHAS:

- 1)
- 2)

ANEXO VI

MINUTA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE REDES SEM FIO, COM MANUTENÇÃO, SUPORTE, MÃO-DE-OBRA, CABEAMENTO, LINK INTERNET E DEMAIS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, DORAVANTE DENOMINADA “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS”, EM ÁREAS EXTERNAS, DENTRO DOS LIMITES GEOGRÁFICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.

CONTRATANTE:

.....
.....
.....

CONTRATADA:

.....
.....
.....

MODALIDADE DE LICITAÇÃO : PREGÃO N.º
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º/___

Aos ... (-----) dias do mês de de 20__, as partes acima qualificadas resolveram celebrar o presente contrato, mediante as seguintes Cláusulas e condições:

CLÁUSULA I – OBJETO

1.1 – O presente Pregão Eletrônico tem por objeto **registrar preços** para futura contratação de empresa especializada em **“PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE REDES SEM FIO, COM MANUTENÇÃO, SUPORTE, MÃO-DE-OBRA, CABEAMENTO, LINK INTERNET E DEMAIS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, DORAVANTE DENOMINADA “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS”, EM ÁREAS EXTERNAS, DENTRO DOS LIMITES GEOGRÁFICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO”**, conforme descrições detalhadas, constantes no Anexo I – Termo de Referência, o qual é parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA II – IMPLANTAÇÃO

2.1 – A implantação e execução dos serviços objeto desta Ata de Registro de Preços serão realizados de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I da Ata de Registro de Preço.

CLÁUSULA III – DO SUPORTE, TREINAMENTO E MANUTENÇÃO

3.1 – Suporte e Treinamento

- 3.1.1. A Contratada deve ministrar curso *hands on* nas ferramentas de extração de relatórios para até 4 (quatro) funcionários da Gestora Técnica do Contrato conforme cronograma definido entre as partes, dentro do município de São Paulo ou em outras localidades, desde que em comum acordo e com os custos arcados pela Contratada;
- 3.1.2. A Contratada deve manter Central Telefônica (*call center*) gratuito, nos moldes dos serviços 0800, para atendimento da Gestora Técnica do Contrato;
- 3.1.3. A Contratada deve divulgar endereços eletrônicos para envio de mensagens por *e-mail*. Mensagens eletrônicas podem ser utilizadas pela Gestora Técnica do Contrato como comprovantes de comunicação, para fins de penalidade ou de mensuração de níveis de serviço;
- 3.1.4. A Contratada deverá atender o chamado para manutenção/suporte dentro dos Níveis de Serviços constantes no item 14.8, de acordo com cada unidade, seguindo a regra do item 17.6 todos do Edital.

3.2 – Manutenção

- 3.2.1. A Contratada é responsável por efetuar as manutenções preventivas e corretivas nos equipamentos de sua propriedade sempre que se fizerem necessárias para a manutenção dos níveis de serviço. Todos os procedimentos técnicos deverão ser agendados previamente, com antecedência mínima de 7 (sete) dias com o Gestora Técnica do Contrato;
 - 3.2.1.1. As manutenções preventivas deverão seguir os prazos e recomendações relacionadas aos equipamentos, acessórios, consectários técnicos e/ou à solução proposta, cujas informações deverão ser repassadas à Contratante para ciência e controle.
 - 3.2.1.2. As atualizações de *software/firmware* deverão efetuadas a cada nova versão, sem custo adicional.
- 3.2.2. A Contratante ou a Gestora Técnica do Contrato não serão responsáveis por furtos, roubos, atos de vandalismo, incêndios, muito menos ações da natureza tais como enchentes e inundações, exposição a temperaturas extremas, chuva, granizo, vendavais e outras intempéries;

3.2.2.1. Na ocorrência de furto, roubo ou vandalismo, comprovada mediante Boletim de Ocorrência Policial formalizado pela Contratante ou ação da natureza de qualquer espécie, incide-se o nível de serviço descrito neste edital;

CLÁUSULA IV – PREÇOS E QUANTIDADES CONTRATADA

4.1 – Prestação de serviços, conforme tabela abaixo:

	Tipo de Densidade	Criticidade	Quantidade (m2)	Valor da Instalação R\$ (A) 29 unidades	Valor Mensal (B)	Valor para 36 meses (Bx36=C)	Valor Total R\$ (A+C)
LOTE I	Baixa Densidade (1 usuário/50m2)	Crítico (99%)	-	-	-	-	-
	Alta Densidade (1 usuário/5m2)	Crítico (99%)	-	-	-	-	-
	Baixa Densidade (1 usuário/50m2)	Não Crítico (96%)					
	Alta Densidade (1 usuário/5m2)	Não Crítico (96%)					
				Subtotal (1)	R\$ _____		

	Valor Internet por usuário mensal	Quantidade de Usuários estimado (total de unidades)	Total
LOTE I			
Sub-total (2)			

PREÇO TOTAL = R\$ _____ (sub-total 1 + sub-total 2)

	Tipo de Densidade	Criticidade	Quantidade (m2)	Valor da Instalação R\$ (A) 30 unidades	Valor Mensal (B)	Valor para 36 meses (Bx36=C)	Valor Total R\$ (A+C)
LOTE II	Baixa Densidade (1 usuário/50m2)	Crítico (99%)	-	-	-	-	-
	Alta Densidade (1 usuário/5m2)	Crítico (99%)	-	-	-	-	-
	Baixa Densidade (1 usuário/50m2)	Não Crítico (96%)					
	Alta Densidade	Não Crítico (96%)					

(1 usuário/5m2)						
				Subtotal (1)	R\$ _____	

LOTE II	Valor Internet por usuário mensal	Quantidade de Usuários estimado (total de unidades)	Total
Sub-total (2)			

PREÇO TOTAL = R\$ _____ (sub-total 1 + sub-total 2)

	Tipo de Densidade	Criticidade	Quantidade (m2)	Valor da Instalação R\$ (A) 18 unidades	Valor Mensal (B)	Valor para 36 meses (Bx36=C)	Valor Total R\$ (A+C)
LOTE III	Baixa Densidade (1 usuário/50m2)	Crítico (99%)	-	-	-	-	-
	Alta Densidade (1 usuário/5m2)	Crítico (99%)	-	-	-	-	-
	Baixa Densidade (1 usuário/50m2)	Não Crítico (96%)					
	Alta Densidade (1 usuário/5m2)	Não Crítico (96%)					
				Subtotal (1)	R\$ _____		

LOTE III	Valor Internet por usuário mensal	Quantidade de Usuários estimado (total de unidades)	Total
Sub-total (2)			

PREÇO TOTAL = R\$ _____ (sub-total 1 + sub-total 2)

	Tipo de Densidade	Criticidade	Quantidade (m2)	Valor da Instalação R\$ (A) 17 unidades	Valor Mensal (B)	Valor para 36 meses (Bx36=C)	Valor Total R\$ (A+C)
LOTE IV	Baixa Densidade (1 usuário/50m2)	Crítico (99%)	-	-	-	-	-
	Alta Densidade (1 usuário/5m2)	Crítico (99%)	-	-	-	-	-
	Baixa Densidade (1 usuário/50m2)	Não Crítico (96%)					

	Alta Densidade (1 usuário/5m2)	Não Crítico (96%)					
				Subtotal (1)	R\$ _____		

	Valor Internet por usuário mensal	Quantidade de Usuários estimado (total de unidades)	Total
LOTE IV			
Sub-total (2)			

PREÇO TOTAL = R\$ _____ (sub-total 1 + sub-total 2)

	Tipo de Densidade	Criticidade	Quantidade (m2)	Valor da Instalação R\$ (A) 26 unidades	Valor Mensal (B)	Valor para 36 meses (Bx36= C)	Valor Total R\$ (A+C)
LOTE V	Baixa Densidade (1 usuário/50m2)	Crítico (99%)	-	-	-	-	-
	Alta Densidade (1 usuário/5m2)	Crítico (99%)	-	-	-	-	-
	Baixa Densidade (1 usuário/50m2)	Não Crítico (96%)					
	Alta Densidade (1 usuário/5m2)	Não Crítico (96%)					
				Subtotal (1)	R\$ _____		

	Valor Internet por usuário mensal	Quantidade de Usuários estimado (total de unidades)	Total
LOTE V			
Sub-total (2)			

PREÇO TOTAL = R\$ _____ (sub-total 1 + sub-total 2)

CLÁUSULA V – REAJUSTE

5.1 – Após o período inicial de 12 (doze) meses de vigência o presente contrato poderá ser reajustado, aplicando-se a variação do Índice de Preços ao Consumidor IPC/FIPE ou outro índice que vier a substituí-lo por decisão governamental.

CLÁUSULA VI – GARANTIA – ART. 56 DA LEI N.º 8.666/93.

6.1 - A Contratada apresentará, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da assinatura deste instrumento, garantia contratual, na forma do art. 56, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93, de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, perfazendo o valor de R\$ _____ (_____), sob pena de ter os pagamentos retidos.

6.4 – A garantia oferecida deverá ter vigência, expressamente mencionada, desde a data de assinatura do contrato até 3 (três) meses posterior ao seu término da garantia, devendo ser renovada e seu valor reajustado pelo mesmo índice percentual, se ocorrer, a cada prorrogação efetivada no contrato.

6.5 – Para cobrança pela Contratante de quaisquer valores da Contratada, a qualquer título, a garantia poderá ser executada.

6.6 – A garantia poderá ser executada pela Contratante a partir do 3º (terceiro) dia, contado da resposta NÃO CONHECIDA E/OU IMPROCEDENTE acerca da notificação judicial ou extrajudicial à Contratada, na hipótese do não cumprimento de suas obrigações contratuais.

6.7 – No caso de seguro-garantia, a instituição prestadora da garantia contratual deve ser devidamente autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e, no caso de fiança bancária, pelo Banco Central do Brasil.

6.8 – Não sendo a garantia executada por força de penalidade administrativa e não restando configurado o constante nos itens anteriores ou qualquer débito a saldar com a Contratante, que vedam a restituição da garantia contratual, esta será restituída ao término do contrato.

CLÁUSULA VII – VIGÊNCIA

7.1 – O presente contrato vigorará pelo período de ____ (_____) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, até o limite legal, desde que há anuência de ambas as partes.

CLÁUSULA VIII - FATURAMENTO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1 – Instalação / Serviço

8.1.1 - O valor referente à instalação será pago conforme descrito nos itens abaixo e considerando a data de emissão do “Termo de Aceite” correspondente, de acordo com o Termo de Referência Anexo I da Ata de Registro de Preço.

8.1.2 - Nos preços deverão estar incluídos todos os tributos e encargos que incidam ou venham a incidir sobre o contrato, que não tiverem expressamente ressalvados, com a indicação das respectivas alíquotas, além da garantia mínima total contra

defeitos de fabricação dos equipamentos, de 36 (trinta e seis) meses contados a partir do respectivo Termo de Aceite Individual, bem como a manutenção e suporte técnico do software, durante a vigência do contrato.

8.1.3 - Para pagamento a Contratada deve enviar um arquivo eletrônico contendo as informações necessárias (designação do acesso, data de ativação, período de faturamento, valor mensal, desconto por interrupção) para validação da prestação do serviço, até o 5º dia do mês subsequente ao da prestação de serviço. O período de faturamento do serviço deve ser contado a partir do primeiro dia até o último dia mês. No caso da ativação do serviço ocorrer durante este período de faturamento do serviço, a PRODAM ou Unidade PMSP deve faturar apenas o pro rate dias do período entre o dia da ativação até o último dia do mês, em hipótese alguma será admitido o procedimento de faturamento integral com desconto.

8.1.4 - As Notas Fiscais impressas devem ter o mesmo conteúdo do arquivo enviado e deverá estar disponível no mínimo de 15 dias antes do dia de pagamento.

8.1.5 - Após a validação do arquivo e das Notas Fiscais, os valores corretos e aprovados serão pagos através do código de barras, depósito bancário, DOC – Documento de Ordem de Crédito ou TED – Transferência Eletrônica Disponíveis, em 30 (trinta) dias corridos após o aceite das mesmas, pelo Contratante.

8.1.6 - A Nota Fiscal que contenha divergência com relação ao estabelecido neste contrato, a Contratante comunicará à Contratada, formalmente, o motivo da não aprovação, no prazo de 07 (sete) dias úteis.

8.1.7 - A Contratada deverá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da formalização da não aprovação, para sanar todas as divergências e enviar o documento fiscal.

8.2 – A Contratante promoverá a verificação no site <http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadin>, antes do todo e qualquer pagamento, para a devida comprovação de que a empresa contratada não esteja inscrita no CADIN – Cadastro Informativo Municipal da Prefeitura da Cidade de São Paulo, sendo que se for verificada a existência de registro(s) no CADIN, incidirão as disposições do artigo 3º da Lei Municipal nº 14.094/05, suspendendo o pagamento enquanto perdurar a inadimplência consignada no CADIN.

8.3 – Em caso de atraso de pagamento dos valores devidos à Contratada, mediante requerimento formalizado por esta, incidirão juros moratórios calculados utilizando-se o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e de juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança, para fins de compensação da

mora (TR + 0,5% “pro-rata tempore”), observando-se para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorreu.

8.4 – Além de cumprir todas as legislações atinentes à sua constituição e os serviços prestados, a CONTRATADA deverá apresentar, a cada pedido de pagamento que efetue, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, todos os documentos que comprovem a regularidade fiscal da Empresa, apresentadas no início desta contratação, no original ou cópia com os respectivos originais para comprovação de autenticidade.

8.5 – Caso a fatura contenha divergência com relação ao estabelecido no Instrumento Contratual, a Contratante ficará obrigada a comunicar a empresa contratada, formalmente, o motivo da não aprovação no prazo de 03 (três) dias úteis. A devolução da fatura, devidamente regularizada pela Contratada, deverá ser efetuada em até 02 (dois) dias úteis da data da comunicação formal pela Contratante.

8.6 – Níveis de serviço: glosa de acordo com a quantidade de minutos de *downtime* no mês (*T*), conforme fórmula abaixo, onde *V* é o valor mensal do contrato:

$$\frac{T}{43200} \times V$$

8.7 – Em face do disposto no artigo 71, parágrafo 2º, da Lei 8.666/93, com a redação da Lei n.º 9.032/95, serão observadas, por ocasião de cada pagamento, as disposições do artigo 31, da Lei n.º 8.212, de 24 de julho de 1991, na sua redação atual e orientações vigentes expedidas pelo INSS e pela PMSP.

CLÁUSULA IX - DAS PENALIDADES

9.2 – Pela inobservância de qualquer cláusula deste contrato, a Contratada ficará sujeita às penalidades previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas atualizações e Lei Federal nº 10.520/02, Leis Municipais nºs 13.278/02 e 14.145/06, Decretos Municipais nºs 43.406/03, 44.279/03, 46.662/05, 47.014/06 e 49.511/08 e demais legislações pertinentes, sem prejuízo da aplicação de outras cabíveis, em especial:

- a) Multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato por dia de atraso no início da prestação de serviços, até o limite de 5% (cinco por cento), a qual deverá ser descontada da(s) primeira(s) fatura(s), até a totalidade da multa ou cobrada judicialmente, conforme o caso. A partir do 6º (sexto) dia de atraso, será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato por dia de atraso, sem motivo justificado, limitada a 15% (quinze por cento) e poderá o Instrumento Contratual, ainda, a critério da PRODAM-SP, ser rescindido e aplicadas, cumulativamente, as sanções previstas nas alíneas “f” e “g” abaixo;

- b) Pela indisponibilidade de qualquer item da solução proposta (hardware e/ou software) por responsabilidade da Contratada, a mesma ficará sujeita à multa calculada proporcionalmente ao valor da unidade, conforme abaixo:

$$\text{Multa} = 10\% (100\% - \text{DA}) \times \text{VMC} \text{ onde:}$$

- DA (%) = Disponibilidade Atingida no mês, aferida de acordo com o disposto no subitem 5.1 do Termo de Referência – Anexo I deste instrumento;

VMC (R\$) = Valor Mensal da unidade em moeda corrente

- c) Pela indisponibilidade reincidente de qualquer item da solução proposta (hardware e/ou software) por responsabilidade da Contratada, a mesma ficará sujeita à multa calculada proporcionalmente ao valor da unidade, conforme abaixo:

$$\text{Multa} = 2\% (100\% - \text{DA}) \times \text{VMC} \times (\text{P} - 5) \text{ onde:}$$

- DA (%) = Disponibilidade Atingida no mês, aferida de acordo com o disposto no subitem 5.1 do Termo de Referência – Anexo I deste instrumento;
- P = número de indisponibilidades no mês;

VMC (R\$) = Valor Mensal da unidade em moeda corrente

A multa só será aplicada quando (P – 5) for um número maior que zero.

- d) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato se o serviço prestado estiver em desacordo com as especificações contidas no Contrato, a qual será cobrada extra ou judicialmente, conforme o caso;
- e) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do Instrumento Contratual, pelo descumprimento das demais cláusulas do mesmo e na reincidência, o dobro, a ser cobrada extra ou judicialmente, conforme o caso, exceto aquelas cujas sanções são as já estabelecidas, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que couber;
- f) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do instrumento Contratual, atualizados, no caso de rescisão, por culpa ou requerimento da Contratada, sem motivo justificado ou amparo legal, a critério da PRODAM-SP;
- g) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PRODAM-SP pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

9.3 – É facultado à PRODAM-SP ou ao órgão Contratante o direito de rescindir o Instrumento Contratual, total ou parcialmente, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, nos casos previstos nos artigos de 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

9.4 – A abstenção, por parte da PRODAM-SP ou do órgão Contratante, do uso de quaisquer das faculdades concedidas no Instrumento Contratual e no Edital não importará em renúncia ao seu exercício.

9.5 – A aplicação de qualquer penalidade prevista nesta ata não exclui a possibilidade de aplicação das demais, bem como das penalidades previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas atualizações, na Lei nº 10.520/02, Leis Municipais nºs 13.278/02 e 14.145/06 e Decretos Municipais nºs 43.406/03, 44.279/03, 46.662/05, 47.014/06 e 49.511/08.

9.6 – Havendo o descumprimento da presente ata, bem como de cláusula contratual, caberá ao órgão contratante, notificar expressamente a empresa Detentora/Contratada, para apresentação de defesa prévia nos termos da lei.

9.6.1 – Caso não haja defesa prévia ou o motivo justificado não seja aceito pelo órgão contratante, deverá o processo administrativo ser encaminhado à PRODAM-SP para avaliação quanto a possibilidade da aplicação das sanções administrativas, conforme disposto no inciso III do artigo 14 do Decreto Municipal n.º 45.992/05.

CLÁUSULA X – RESCISÃO

10.1 – É facultado à Contratante o direito de rescindir o presente contrato, total ou parcialmente, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, pelos motivos constantes dos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA XI – DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 – Os termos e disposições deste contrato prevalecerão sobre quaisquer outros entendimentos ou acordos anteriores entre as partes, explícitos ou implícitos, referentes às condições nele estabelecidas, sendo interpretado em conjunto com as determinações da Ata de Registro de Preço nº ___ e do Edital do Pregão Eletrônico nº _____.

11.2 – O disposto neste contrato não poderá ser alterado ou emendado pelas partes, a não ser por meio de aditivos, dos quais conste à concordância expressa de ambas as partes.

11.3 – A Contratada deverá, sob pena de rejeição, indicar o número do processo (PE. nº) e o número deste contrato nas notas fiscais pertinentes, que deverão ser preenchidas com clareza.

11.4 – Os direitos e obrigações deste contrato serão regidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas atualizações e Lei nº 10.520/02, Lei Municipal nº 13.278/02, Decreto Municipal nº 44.279/03, 46.662/05 e 47.014/06 e demais legislações pertinentes.

CLÁUSULA XII – FORO

12.1 – As partes elegem o Foro da Comarca de São Paulo, com renúncia de quaisquer outros, por mais privilegiados que sejam, para dirimir as questões que possam surgir no decorrer da execução deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo.

São Paulo, ... de de 20__.

CONTRATANTE :

.....

CONTRATADA :

TESTEMUNHAS:

1 –

2 -

ANEXO VII

LOCAIS DE INSTALAÇÃO

LOTE 01

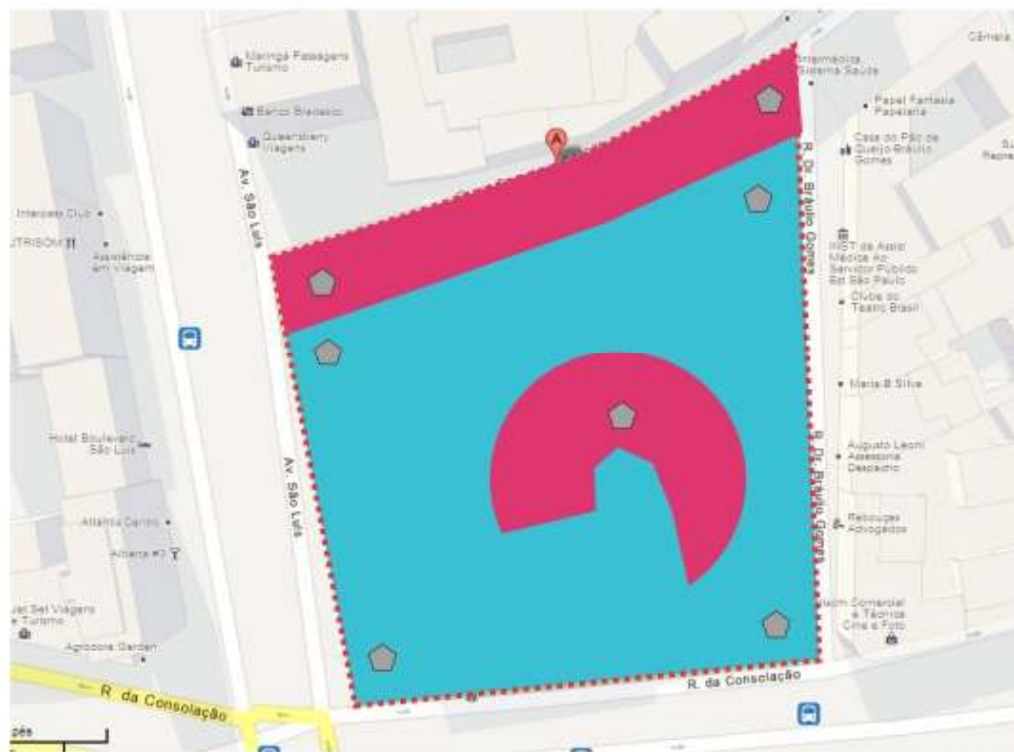
SUBPREFEITURA	DISTRITO	NÚMERO	PRAÇAS	Quantidade de conexões simultâneas	ÁREA ESTIMADA M2
SUBP-Sé	Bela Vista	1	MASP/TRIANON	500	48600
	Bela Vista	2	PRAÇA DON ORIONE	100	5000
	Bom Retiro	3	PARQUE DA LUZ	500	113400
	Cambuci	4	LARGO DO CAMBUCI	100	3220
	Consolação	5	PRAÇA DOM JOSÉ GASPAR	500	12000
	Consolação	6	PRAÇA ROOSEVELT	500	15000
	Liberdade	7	PRAÇA DA LIBERDADE	500	3700
	República	8	LARGO DO AROUCHE	500	10000
	República	9	VALE DO ANHANGABAÚ	1000	18846
	República	10	PRAÇA RAMOS DE AZEVEDO	100	16000
	República	11	PRAÇA DA BANDEIRA	100	5200
	República	12	LARGO DO PAISSANDÚ	100	8500
	República	13	PRAÇA DA REPÚBLICA	500	29000
	Santa Cecília	14	PRAÇA MARECHAL DEODORO	100	23000
	Santa Cecília	15	LARGO SANTA CECILIA	150	16700
	Sé	16	LARGO SÃO BENTO	200	7500
	Sé	17	PÁTEO DO COLÉGIO	100	11600
	Sé	18	PRAÇA DO PATRIARCA	200	4000
	Sé	19	LARGO SÃO FRANCISCO	100	4800







tecnologia da informação e comunicação
Avenida Francisco Matarazzo, 1500
Torre Los Angeles – Água Branca
CEP 05001-100 - São Paulo – SP
Tel: (11) 3396-9000
Fax: (11) 3396-9001
www.prodam.sp.gov.br

	Sé	20	PARQUE DOM PEDRO II	500	22000
	Sé	21	LARGO DO CAFÉ	100	600
	Sé	22	MERCADO MUNICIPAL	500	22230
	Sé	23	PRAÇA DA SÉ	300	46200
SUBP- Mooca	Água Rasa	24	PRAÇA SÃO LUIS DO CURU	100	4900
	Belém	25	PARQUE ESTADUAL DO BELÉM / VILA MARIA ZELIA	200	210000
	Brás	26	LARGO DA CONCÓRDIA	100	12000
	Mooca	27	PRAÇA CIRO PONTES / AO LADO DO SENAI	100	154000
	Pari	28	PRAÇA KANTUTA	250	4000
	Tatuapé	29	PRAÇA SILVIO ROMERO	200	18000

LOCAL: 005 - PRAÇA DOM JOSÉ GASPAR



-  ÁREA TOTAL DE COBERTURA
-  ÁREA DE BAIXA DENSIDADE
-  ÁREA DE ALTA DENSIDADE
-  LOCAL DE MEDIÇÃO

LOTE 02

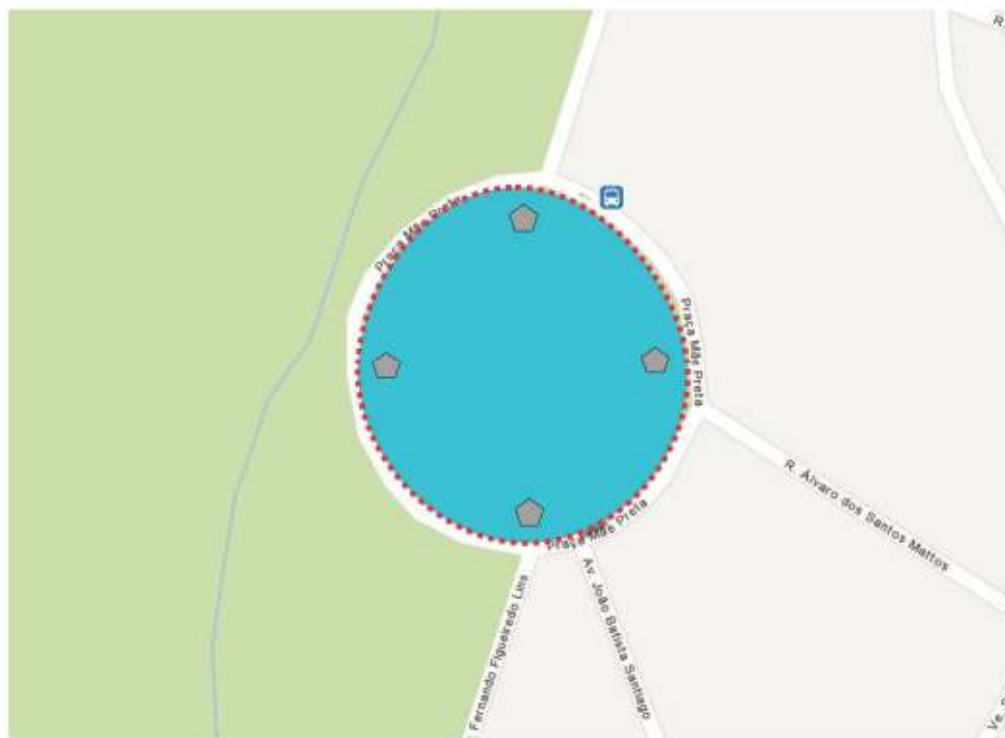
SUBPREFEITURA	DISTRITO	NÚMERO	PRAÇAS	Quantidade de conexões simultâneas	ÁREA ESTIMADA M2
SUBP- Aricanduva/Formosa/Carrão	Aricanduva	30	PRAÇA VICENTE FALCETA (Altura 2500 da Conselheiro Carrão)	100	4070
	Carrão	31	PRAÇA AROLDO DALTRO / VILA MANCHESTER	200	90000
	Vila Formosa	32	PRAÇA SAMPAIO VIDAL	100	19350
SUBP- Cidade Tiradentes	Cidade Tiradentes	33	PRAÇA DO 65 / POMBAS URBANAS	300	6000
	Cidade Tiradentes	34	PRAÇA DO TERMINAL METALÚRGICOS	300	16800
SUBP- Ermelino Matarazzo	Ermelino Matarazzo	35	PRAÇA ROBERTO MENDES	150	6500
	Ponte Rasa	36	PRAÇA MAESTRO ASSIS REPUBLICAN	100	18150
SUBP- Guaianases	Guaianases	37	PRAÇA PRESIDENTE VARGAS / MERCADO MUNICIPAL	200	30000
	Lajeado	38	PRAÇA CECÍLIA MARQUES DE ARAÚJO	100	2000
SUBP- Itaim Paulista	Itaim Paulista	39	PRAÇA LIONS CLUBE	100	3500
	Itaim Paulista	40	PRAÇA SILVA TELLES	100	2020
	Vila Curuçá	41	PRAÇA MÃE PRETA	100	4300
	Vila Curuçá	42	PARQUE CHICO MENDES	200	74000
SUBP- Itaquera	Cidade Líder	43	PRAÇA MIGUEL MELO E ALVIM	150	4000
	Itaquera	44	PRAÇA NA RUA GREGÓRIO RAMALHO	150	8400
	José Bonifácio	45	PRAÇA BRASIL (PRAÇA MÃE MENININHA DO GANTOIS)	300	17700
	Parque do Carmo	46	PARQUE DO CARMO - PRÓX CORPO BOMBEIROS / ESPAÇO DE EVENTOS	500	2000000
SUBP- Penha	Artur Alvim	47	PRAÇA DILVA GOMES MARTINS (COHAB 1)	100	20000







tecnologia da informação e comunicação
Avenida Francisco Matarazzo, 1500
Torre Los Angeles – Água Branca
CEP 05001-100 - São Paulo – SP
Tel: (11) 3396-9000
Fax: (11) 3396-9001
www.prodam.sp.gov.br

	Cangaíba	48	PRAÇA RAFAEL THOMEU	200	6100
	Penha	49	LARGO DO ROSÁRIO	100	3100
	Vila Matilde	50	PRAÇA DA CONQUISTA	150	7400
SUBP- São Mateus	Iguatemi	51	PRAÇA OSLEI FRANCISCO BORGES (RUA TAURO, 58)	100	3375
	São Mateus	52	PRAÇA FELISBERTO FERNANDES DA SILVA / LARGO SÃO MATEUS	200	12000
	São Rafael	53	PRAÇA OSVALDO LUÍS DA SILVEIRA	100	11000
SUBP- São Miguel	Jardim Helena	54	ESTAÇÃO CPTM /RUA SÃO GONÇALO DO RIO DAS PEDRAS	150	9720
	São Miguel	55	PRAÇA PADRE ALEIXO (DO FORRÓ)	500	17000
	Vila Jacuí	56	PRAÇA FORTUNATO DA SILVEIRA / UNICSUL	200	14500
SUBP- Vila Prudente/Sapopemba	São Lucas	57	PRAÇA SÔNIA APARECIDA DE LIMA	100	4050
	Sapopemba	58	PRAÇA WALTINHO GONÇALVES DE OLIVEIRA E PRAÇA JORGE GOMES VELOSO	150	6240
	Vila Prudente	59	PRAÇA DO CENTENÁRIO DA VILA PRUDENTE	100	4000

LOCAL: 041 - PRAÇA MÃE PRETA

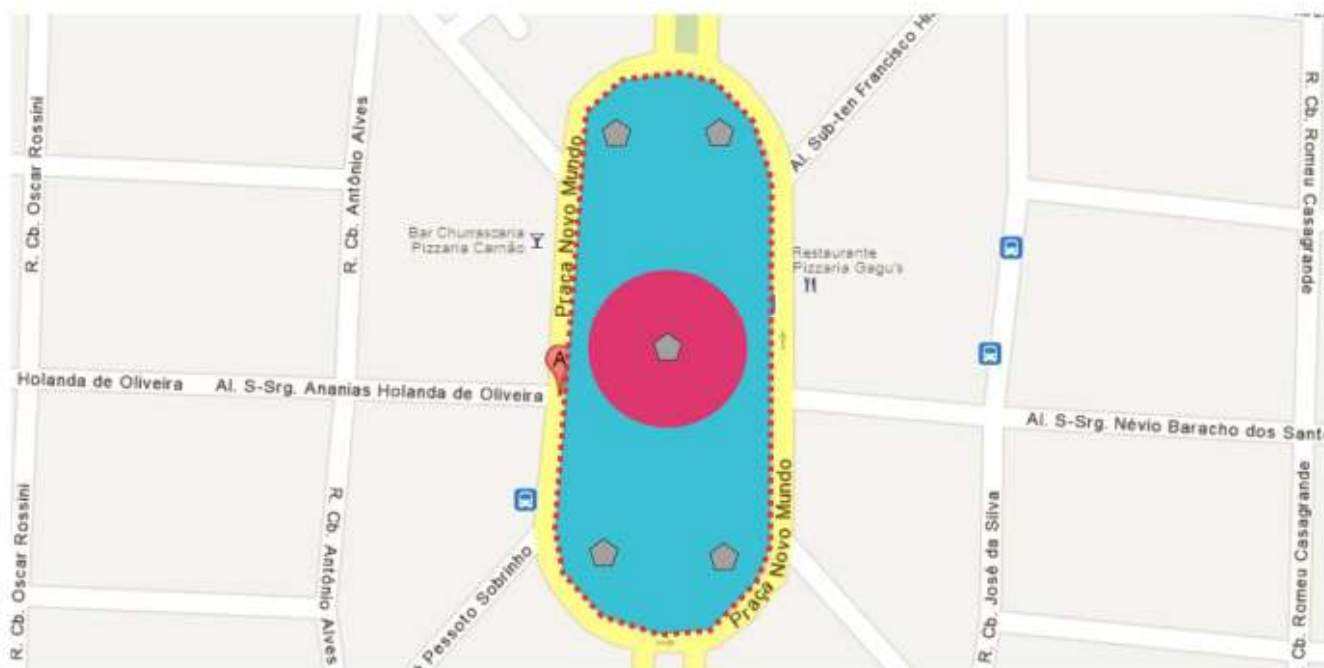


-  ÁREA TOTAL DE COBERTURA
-  ÁREA DE BAIXA DENSIDADE
-  ÁREA DE ALTA DENSIDADE
-  LOCAL DE MEDIÇÃO

LOTE 03

SUBPREFEITURA	DISTRITO	NÚMERO	PRAÇAS	Quantidade de conexões simultâneas	ÁREA ESTIMADA M2
SUBP- Casa Verde/Cachoeirinha	Cachoeirinha	60	TERMINAL VILA NOVA CACHOEIRINHA	200	30000
	Casa Verde	61	TERMINAL CASA VERDE (Rua Bahia Formosa, 90)	200	1300
	Limão	62	PRAÇA JOÃO AZEVEDO BORGES	150	5430
SUBP- Freguesia/Brasilândia	Brasilândia	63	PRAÇA SENHOR DO BONFIM	100	7800
	Freguesia do Ó	64	LARGO DA MATRIZ	500	6000
SUBP- Jaçanã/Tremembé	Jaçanã	65	PRAÇA COMANDANTE EDUARDO DE OLIVEIRA	200	13800
	Tremembé	66	PRAÇA MARIQUINHA SCIASCIA	150	1275
SUBP- Perus	Anhanguera	67	PRAÇA FELIPE FACINI	150	5225
	Perus	68	PRAÇA INÁCIO DIAS	150	8800
SUBP- Pirituba	Jaraguá	69	PRAÇA PADRE JOSÉ KENTENICH	150	3180
	Pirituba	70	PRAÇA JOÃO BOLDO	150	8150
	São Domingos	71	PRAÇA NERSON PARREIRAS GAMA	100	20000
SUBP- Santana/Tucuruvi	Mandaqui	72	PRAÇA DOUTOR POLICARPO DE MAGALHÃES VIOTTI	100	3100
	Santana	73	ESTAÇÃO TERMINAL DO METRÔ	200	39000
	Tucuruvi	74	METRÔ TUCURUVI – AV DR ANTONIO MARIA LAET	200	39000
SUBP- Vila Maria/Vila Guilherme	Vila Guilherme	75	PRAÇA OSCAR DA SILVA	150	4100
	Vila Maria	76	PRAÇA NOVO MUNDO	200	13000
	Vila Medeiros	77	PRAÇA LOURENÇO DE BELLIS	100	2300

LOCAL: 076 - PRAÇA NOVO MUNDO



- ÁREA TOTAL DE COBERTURA
- ÁREA DE BAIXA DENSIDADE
- ÁREA DE ALTA DENSIDADE
- LOCAL DE MEDIÇÃO

LOTE 04

SUBPREFEITURA	DISTRITO	NÚMERO	PRAÇAS	Quantidade de conexões simultâneas	ÁREA ESTIMADA M2
SUBP-Butantã	Butantã	78	PRAÇA ELIS REGINA	150	48000
	Morumbi	79	PARQUE ALFREDO VOLPI	150	171000
	Raposo Tavares	80	PRAÇA FESTA DAS LUZES	150	6500
	Rio Pequeno	81	PRAÇA MARIA DOROTHEA BRASIL VITA	150	18900
	Vila Sônia	82	PRAÇA MAURICIO GOULART	100	4990
SUBP-Lapa	Barra Funda	83	TERMINAL BARRA FUNDA	200	36000
	Jaguara	84	PRAÇA GENERAL GUIMARÃES	100	1450
	Jaguaré	85	PRAÇA GEN. PORTO CARREIRO	150	11200
	Lapa	86	CALÇADÃO DA LAPA - COMEÇO DA RUA 12 DE OUTUBRO	150	2800
	Lapa	87	ESTAÇÃO CPTM E MERCADO	200	
	Perdizes	88	PRAÇA IRMÃOS KARMAN	100	1380
	Vila Leopoldina	89	CEASA	150	
SUBP-Pinheiros	Alto de Pinheiros	90	PARQUE VILA LOBOS	300	810000
	Itaim Bibi	91	PRAÇA ARLINDO ROSSI	150	11050
	Jardim Paulista	92	PRAÇA BENEDITO CALIXTO	500	15000
	Pinheiros	93	LARGO DA BATATA	200	8000
	Pinheiros	94	MERCADO MUNICIPAL DE PINHEIROS	150	4500

LOTE 05

SUBPREFEITURA	DISTRITO	NÚMERO	PRAÇAS	Quantidade de conexões simultâneas	ÁREA ESTIMADA M2
SUBP-Vila Mariana	Moema	95	PARQUE DO IBIRAPUERA	500	1600000
	Saúde	96	PRAÇA DA ÁRVORE	150	120
	Vila Mariana	97	LARGO DONA ANA ROSA	150	3040
SUBP-Campo Limpo	Campo Limpo	98	PRAÇA NA RUA OVÍDIO LOPES GUIMARÃES - JARDIM ROSANA	100	3300
	Campo Limpo	99	PRAÇA JOÃO TADEU PRIOLLI (PRAÇA DO CAMPO LIMPO)	300	???????
	Capão Redondo	100	PRAÇA ADÃO DOMINGOS DE MORAES FILHO	100	1250
	Vila Andrade	101	ESCADÃO DA RUA MANUEL ANTONIO PINTO (ENTR FAV PARAISÓPOLIS)	100	1100
SUBP-Capela do Socorro	Cidade Dutra	102	PRAÇA JOÃO BEIÇOLA DA SILVA	100	5225
	Grajaú	103	PRAÇA DO XERIFE – PROLONGAMENTO ENTRE AS RUAS EZEQUIEL LOPES CARDOSO E RUA JOSÉ QUARESMA JUNIOR	250	5750
	Socorro	104	ESTAÇÃO JURUBATUBA – PRAÇA CAMAFEU	200	13500
SUBP-Cidade Ademar	Cidade Ademar	105	PRAÇA LUIGI PALMA	150	9500
	Pedreira	106	PRAÇA FAUSTO A GONÇALVES	100	1500
SUBP-Ipiranga	Cursino	107	LARGO SANTA ANGELA	150	2800
	Ipiranga	108	PARQUE DA INDEPENDÊNCIA	250	275000
	Sacomã	109	CENTRO DE CONVIVÊNCIA EDUCATIVO E CULTURAL DE HELIÓPOLIS	250	
	Sacomã	110	LARGO SÃO JOÃO CLIMACO	100	46250
SUBP-Jabaquara	Jabaquara	111	PRAÇA SEIXO NO IE	100	1800



tecnologia da informação e comunicação
Avenida Francisco Matarazzo, 1500
Torre Los Angeles – Água Branca
CEP 05001-100 - São Paulo – SP
Tel: (11) 3396-9000
Fax: (11) 3396-9001
www.prodam.sp.gov.br

	Jabaquara	112	PARQUE DO NABUCO	150	34000
SUBP-M'Boi Mirim	Jardim Ângela	113	PRAÇA POLOS DA PAZ – FINAL DA RUA SOARES SOUZA JUNIOR	150	1800
	Jardim Ângela	114	RUA DAS VARIAÇÕES MUSICAIS - QUADRAS AO LADO DO NÚCLEO DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS	100	1500
	Jardim São Luís	115	PRAÇA DOS CARTÓGRAFOS	100	1800
SUBP-Parelheiros	Marsilac	116	ALDEIA TENONDÉ PORÃ OU KRUCUTU - POVOADO MAIS PRÓXIMO	100	
	Parelheiros	117	PRAÇA JÚLIO CÉSAR DE CAMPOS	150	1250
SUBP-Santo Amaro	Campo Belo	118	PRAÇA JORGE ALVES BROWN	100	1800
	Campo Grande	119	PRAÇA ADIB BECHARA	100	3600
	Santo Amaro	120	LARGO 13	500	4600

ANEXO VIII

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PREGÃO Nº ____/2012
 SESSÃO PÚBLICA: __/__/2012
 HORÁRIO: ____ HORAS

Dados do proponente:

Razão Social: _____
CNPJ: _____ **Inscrição Estadual:** _____
Endereço: _____
Telefone: _____ **Fac-simile:** _____
E-mail: _____

1- Tabela de Composição de preços das Redes Permanentes, com preços de manutenção mensais:

LOTE I	Tipo de Densidade	Criticidade	Quantidade (m2)	Valor da Instalação R\$ (A) 29 unidades	Valor Mensal (B)	Valor para 36 meses (Bx36=C)	Valor Total R\$ (A+C)
	Baixa Densidade (1 usuário/50m2)	Crítico (99%)					
	Alta Densidade (1 usuário/5m2)	Crítico (99%)					
	Baixa Densidade (1 usuário/50m2)	Não Crítico (96%)					
	Alta Densidade (1 usuário/5m2)	Não Crítico (96%)					
				Subtotal (1)	R\$ _____		

LOTE I	Valor Internet por usuário mensal	Quantidade de Usuários estimado (total de unidades)	Total
Sub-total (2)			

PREÇO TOTAL = R\$ _____ (sub-total 1 + sub-total 2)
(valor a ser postado no site do comprasnet)

LOTE II	Tipo de Densidade	Criticidade	Quantidade (m2)	Valor da Instalação R\$ (A) 30 unidades	Valor Mensal (B)	Valor para 36 meses (Bx36=C)	Valor Total R\$ (A+C)
	Baixa Densidade (1 usuário/50m2)	Crítico (99%)					
	Alta Densidade (1 usuário/5m2)	Crítico (99%)					
	Baixa Densidade (1 usuário/50m2)	Não Crítico (96%)					
	Alta Densidade (1 usuário/5m2)	Não Crítico (96%)					
				Subtotal (1)	R\$ _____		

LOTE II	Valor Internet por usuário mensal	Quantidade de Usuários estimado (total de unidades)	Total
Sub-total (2)			

PREÇO TOTAL = R\$ _____ (sub-total 1 + sub-total 2)
(valor a ser postado no site do comprasnet)

LOTE III	Tipo de Densidade	Criticidade	Quantidade (m2)	Valor da Instalação R\$ (A) 18 unidades	Valor Mensal (B)	Valor para 36 meses (Bx36=C)	Valor Total R\$ (A+C)
	Baixa Densidade (1 usuário/50m2)	Crítico (99%)					
	Alta Densidade (1 usuário/5m2)	Crítico (99%)					
	Baixa Densidade (1 usuário/50m2)	Não Crítico (96%)					
	Alta Densidade (1 usuário/5m2)	Não Crítico (96%)					
				Subtotal (1)	R\$ _____		

LOTE III	Valor Internet por usuário mensal	Quantidade de Usuários estimado (total de unidades)	Total
		Sub-total (2)	

PREÇO TOTAL = R\$ _____ (sub-total 1 + sub-total 2)
(valor a ser postado no site do comprasnet)

LOTE IV	Tipo de Densidade	Criticidade	Quantidade (m2)	Valor da Instalação R\$ (A) 17 unidades	Valor Mensal (B)	Valor para 36 meses (Bx36=C)	Valor Total R\$ (A+C)
	Baixa Densidade (1 usuário/50m2)	Crítico (99%)					
	Alta Densidade (1 usuário/5m2)	Crítico (99%)					
	Baixa Densidade (1 usuário/50m2)	Não Crítico (96%)					
	Alta Densidade (1 usuário/5m2)	Não Crítico (96%)					
				Subtotal (1)	R\$ _____		

LOTE IV	Valor Internet por usuário mensal	Quantidade de Usuários estimado (total de unidades)	Total
Sub-total (2)			

PREÇO TOTAL = R\$ _____ (sub-total 1 + sub-total 2)
(valor a ser postado no site do comprasnet)

LOTE V	Tipo de Densidade	Criticidade	Quantidade (m2)	Valor da Instalação R\$ (A) 26 unidades	Valor Mensal (B)	Valor para 36 meses (Bx36=C)	Valor Total R\$ (A+C)
	Baixa Densidade (1 usuário/50m2)	Crítico (99%)					
	Alta Densidade (1 usuário/5m2)	Crítico (99%)					
	Baixa Densidade (1 usuário/50m2)	Não Crítico (96%)					
	Alta Densidade (1 usuário/5m2)	Não Crítico (96%)					
				Subtotal (1)	R\$ _____		

LOTE V	Valor Internet por usuário mensal	Quantidade de Usuários estimado (total de unidades)	Total
		Sub-total (2)	

PREÇO TOTAL = R\$ _____ (sub-total 1 + sub-total 2)
(valor a ser postado no site do comprasnet)

Prazo de validade da proposta: ___ dias (não inferior a 60 (sessenta dias))

Descrição dos Serviços: (em atendimento ao termo de referência)

Nota 1: Os preços contidos nesta proposta incluem todos os custos e despesas referentes ao objeto da licitação, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, transporte, mão-de-obra, encargos sociais, trabalhista, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

"DECLARO QUE OS SERVIÇOS OFERTADOS ATENDEM, NA ÍNTEGRA, ÀS EXIGÊNCIAS CONFORME "TERMO DE REFERÊNCIA."

São Paulo, de _____ de 2013

 (assinatura do representante legal da proponente com a devida identificação)

ANEXO IX

PREGÃO ELETRÔNICO N.º ____./____/13

Declaração de não inscrição no CADIN

Referência: PREGÃO ELETRÔNICO N.º ____./____/2013 – PRODAM-SP

Data: ____/____/____

Licitante: _____

CNPJ: _____

(*Nome da licitante*), por meio de seu representante legal, DECLARA, sob as penas da lei que no ato da assinatura do respectivo Instrumento Contratual, não estará inscrita no CADIN (Cadastro Informativo Municipal) do Município de São Paulo (Lei Municipal n.º 14.094/05 e Decreto Municipal n.º 47.096/06).

(assinatura e nome do representante legal)

ANEXO X

PREGÃO ELETRÔNICO N.º ____/13

PLANILHA DE FORMAÇÃO DE CUSTOS

Licitante: _____
 CNPJ do Licitante: _____

Detalhamento dos componentes dos custos da prestação dos serviços	Percentual na composição dos custos da prestação dos serviços	Custo dos componentes em R\$
Reserva Técnica	____% (_____)	R\$ _____ (_____)
Encargos Sociais	____% (_____)	R\$ _____ (_____)
Insumos	____% (_____)	R\$ _____ (_____)
Tributos (Discriminar)	____% (_____)	R\$ _____ (_____)
Lucro	____% (_____)	R\$ _____ (_____)
Demais Componentes Formadores dos Custos: (Discriminar a seguir, se houver)	____% (_____)	R\$ _____ (_____)

Local e data.

 (Assinatura do Representante Legal do Licitante)

ANEXO XI

PREGÃO ELETRÔNICO N.º ____./13

ESTIMATIVA DE DEMANDA DOS ÓRGÃOS

ANEXO XII

MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO (OS)

**Ordem de Serviço
 Prestação de Serviços de Rede sem Fio**

1. INFORMAÇÕES SOBRE A ABERTURA

Contrato:	N.º da OS:	Data/Hora da Abertura:
Unidade/Secretaria:	Contato:	Fone/Ramal:
Endereço:		Nº:
Bairro:		CEP:
Horário de Funcionamento:		

2. SERVIÇO SOLICITADO

<input type="checkbox"/> Solicitação de Nova Unidade	<input type="checkbox"/> Alteração de Capacidade de Acesso da Unidade	<input type="checkbox"/> Alteração de layout da unidade
--	---	---

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO

3. OBSERVAÇÕES

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

ANEXO XIII

PLANILHA DE FORMAÇÃO DE CUSTOS POR LOCALIDADE

LOTE 01

SUBPREFEITURA	DISTRITO	NÚMERO	PRAÇAS	Quantidade de conexões simultâneas	ÁREA ESTIMADA M2	Baixa Densidade (1 usuário/50m2) Não Crítico (96%)	Alta Densidade (1 usuário/5m2) Não Crítico (96%)	Baixa Densidade (1 usuário/50m2) Crítico (99%)	Alta Densidade (1 usuário/5m2) Crítico (99%)	Valor da instalação	Valor total por unidade
SUBP-Sé	Bela Vista	1	MASP/TRIANON	500	48600						
	Bela Vista	2	PRAÇA DON ORIONE	100	5000						
	Bom Retiro	3	PARQUE DA LUZ	500	113400						
	Cambuci	4	LARGO DO CAMBUCI	100	3220						
	Consolação	5	PRAÇA DOM JOSÉ GASPAR	500	12000	8000	4000				
	Consolação	6	PRAÇA ROOSEVELT	500	15000						
	Liberdade	7	PRAÇA DA LIBERDADE	500	3700						
	República	8	LARGO DO AROUCHE	500	10000						
	República	9	VALE DO ANHANGABAÚ	1000	18846						
	República	10	PRAÇA RAMOS DE AZEVEDO	100	16000						
	República	11	PRAÇA DA BANDEIRA	100	5200						
	República	12	LARGO DO PAISSANDÚ	100	8500						
	República	13	PRAÇA DA REPÚBLICA	500	29000						
	Santa Cecília	14	PRAÇA MARECHAL	100	23000						



tecnologia da informação e comunicação
 Avenida Francisco Matarazzo, 1500
 Torre Los Angeles – Água Branca
 CEP 05001-100 - São Paulo – SP
 Tel: (11) 3396-9000
 Fax: (11) 3396-9001
 www.prodam.sp.gov.br

			DEODORO								
	Santa Cecília	15	LARGO SANTA CECILIA	150	16700						
	Sé	16	LARGO SÃO BENTO	200	7500						
	Sé	17	PÁTEO DO COLÉGIO	100	11600						
	Sé	18	PRAÇA DO PATRIARCA	200	4000						
	Sé	19	LARGO SÃO FRANCISCO	100	4800						
	Sé	20	PARQUE DOM PEDRO II	500	22000						
	Sé	21	LARGO DO CAFÉ	100	600						
	Sé	22	MERCADO MUNICIPAL	500	22230						
	Sé	23	PRAÇA DA SÉ	300	46200						
SUBP- Mooca	Água Rasa	24	PRAÇA SÃO LUIS DO CURU	100	4900						
	Belém	25	PARQUE ESTADUAL DO BELÉM / VILA MARIA ZELIA	200	210000						
	Brás	26	LARGO DA CONCÓRDIA	100	12000						
	Mooca	27	PRAÇA CIRO PONTES / AO LADO DO SENAI	100	154000						
	Pari	28	PRAÇA KANTUTA	250	4000						
	Tatuapé	29	PRAÇA SILVIO ROMERO	200	18000						



tecnologia da informação e comunicação
 Avenida Francisco Matarazzo, 1500
 Torre Los Angeles – Água Branca
 CEP 05001-100 - São Paulo – SP
 Tel: (11) 3396-9000
 Fax: (11) 3396-9001
 www.prodam.sp.gov.br

LOTE 02

1°	DISTRITO	NÚMERO	PRAÇAS	Quantidade de conexões simultâneas	ÁREA estimada M2	Baixa Densidade (1 usuário/50m2) Não Crítico (96%)	Alta Densidade (1 usuário/5m2) Não Crítico (96%)	Baixa Densidade (1 usuário/50m2) Crítico (99%)	Alta Densidade (1 usuário/5m2) Crítico (99%)	Valor da Instalação	Valor total por unidade
SUBP- Aricanduva/Formosa/Carrão	Aricanduva	30	PRAÇA VICENTE FALCETA (Altura 2500 da Conselheiro Carrão)	100	4070						
	Carrão	31	PRAÇA AROLDO DALTRO / VILA MANCHESTER	200	90000						
	Vila Formosa	32	PRAÇA SAMPAIO VIDAL	100	19350						
SUBP- Cidade Tiradentes	Cidade Tiradentes	33	PRAÇA DO 65 / POMBAS URBANAS	300	6000						
	Cidade Tiradentes	34	PRAÇA DO TERMINAL METALÚRGICOS	300	16800						
SUBP- Ermelino Matarazzo	Ermelino Matarazzo	35	PRAÇA ROBERTO MENDES	150	6500						
	Ponte Rasa	36	PRAÇA MAESTRO ASSIS REPUBLICAN	100	18150						
SUBP- Guaianases	Guaianases	37	PRAÇA PRESIDENTE VARGAS / MERCADO MUNICIPAL	200	30000						
	Lajeado	38	PRAÇA CECÍLIA MARQUES DE ARAÚJO	100	2000						
SUBP- Itaim Paulista	Itaim Paulista	39	PRAÇA LIONS CLUBE	100	3500						
	Itaim Paulista	40	PRAÇA SILVA TELLES	100	2020						
	Vila Curuçá	41	PRAÇA MÃE PRETA	100	4300	4300					
	Vila Curuçá	42	PARQUE CHICO MENDES	200	74000						
SUBP- Itaquera	Cidade Líder	43	PRAÇA MIGUEL MELO E ALVIM	150	4000						
	Itaquera	44		150	8400						



tecnologia da informação e comunicação
 Avenida Francisco Matarazzo, 1500
 Torre Los Angeles – Água Branca
 CEP 05001-100 - São Paulo – SP
 Tel: (11) 3396-9000
 Fax: (11) 3396-9001
 www.prodam.sp.gov.br

			GREGÓRIO RAMALHO							
	José Bonifácio	45	PRAÇA BRASIL (PRAÇA MÃE MENININHA DO GANTOIS)	300	17700					
	Parque do Carmo	46	PARQUE DO CARMO - PRÓX CORPO BOMBEIROS / ESPAÇO DE EVENTOS	500	2000000					
SUBP- Penha	Artur Alvim	47	PRAÇA DILVA GOMES MARTINS (COHAB 1)	100	20000					
	Cangaíba	48	PRAÇA RAFAEL THOMEU	200	6100					
	Penha	49	LARGO DO ROSÁRIO	100	3100					
	Vila Matilde	50	PRAÇA DA CONQUISTA	150	7400					
SUBP- São Mateus	Iguatemi	51	PRAÇA OSLEI FRANCISCO BORGES (RUA TAURO, 58)	100	3375					
	São Mateus	52	PRAÇA FELISBERTO FERNANDES DA SILVA / LARGO SÃO MATEUS	200	12000					
	São Rafael	53	PRAÇA OSVALDO LUÍS DA SILVEIRA	100	11000					
SUBP- São Miguel	Jardim Helena	54	ESTAÇÃO CPTM /RUA SÃO GONÇALO DO RIO DAS PEDRAS	150	9720					
	São Miguel	55	PRAÇA PADRE ALEIXO (DO FORRÓ)	500	17000					
	Vila Jacuí	56	PRAÇA FORTUNATO DA SILVEIRA / UNICSUL	200	14500					
SUBP- Vila Prudente/Sapopemba	São Lucas	57	PRAÇA SÔNIA APARECIDA DE LIMA	100	4050					
	Sapopemba	58	PRAÇA WALTINHO GONÇALVES DE OLIVEIRA E PRAÇA JORGE GOMES VELOSO	150	6240					
	Vila Prudente	59	PRAÇA DO CENTENÁRIO DA VILA PRUDENTE	100	4000					

LOTE 03

SUBPREFEITURA	DISTRITO	NÚMERO	PRAÇAS	Quantidade de conexões simultâneas	ÁREA ESTIMADA M2	Baixa Densidade (1 usuário/50m2) Não Crítico (96%)	Alta Densidade (1 usuário/5m2) Não Crítico (96%)	Baixa Densidade (1 usuário/50m2) Crítico (99%)	Alta Densidade (1 usuário/5m2) Crítico (99%)	Valor da instalação	Valor total por unidade
SUBP- Casa Verde/Cachoeirinha	Cachoeirinha	60	TERMINAL VILA NOVA CACHOEIRINHA	200	30000						
	Casa Verde	61	TERMINAL CASA VERDE (Rua Bahia Formosa, 90)	200	1300						
	Limão	62	PRAÇA JOÃO AZEVEDO BORGES	150	5430						
SUBP- Freguesia/Brasilândia	Brasilândia	63	PRAÇA SENHOR DO BONFIM	100	7800						
	Freguesia do Ó	64	LARGO DA MATRIZ	500	6000						
SUBP- Jaçanã/Tremembé	Jaçanã	65	PRAÇA COMANDANTE EDUARDO DE OLIVEIRA	200	13800						
	Tremembé	66	PRAÇA MARIQUINHA SCIASCIA	150	1275						
SUBP- Perus	Anhanguera	67	PRAÇA FELIPE FACINI	150	5225						
	Perus	68	PRAÇA INÁCIO DIAS	150	8800						
SUBP- Pirituba	Jaraguá	69	PRAÇA PADRE JOSÉ KENTENICH	150	3180						
	Pirituba	70	PRAÇA JOÃO BOLDO	150	8150						



tecnologia da informação e comunicação
 Avenida Francisco Matarazzo, 1500
 Torre Los Angeles – Água Branca
 CEP 05001-100 - São Paulo – SP
 Tel: (11) 3396-9000
 Fax: (11) 3396-9001
 www.prodam.sp.gov.br

	São Domingos	71	PRAÇA NERSON PARREIRAS GAMA	100	20000						
SUBP- Santana/Tucuruvi	Mandaqui	72	PRAÇA DOUTOR POLICARPO DE MAGALHÃES VIOTTI	100	3100						
	Santana	73	ESTAÇÃO TERMINAL DO METRÔ	200	39000						
	Tucuruvi	74	METRÔ TUCURUVI – AV DR ANTONIO MARIA LAET	200	39000						
SUBP- Vila Maria/Vila Guilherme	Vila Guilherme	75	PRAÇA OSCAR DA SILVA	150	4100						
	Vila Maria	76	PRAÇA NOVO MUNDO	200	13000	9000	4000				
	Vila Medeiros	77	PRAÇA LOURENÇO DE BELLIS	100	2300						

LOTE 04

SUBPREFEITURA	DISTRITO	NÚMERO	PRAÇAS	Quantidade de conexões simultâneas	ÁREA ESTIMADA M2	Baixa Densidade (1 usuário/50m2) Não Crítico (96%)	Alta Densidade (1 usuário/5m2) Não Crítico (96%)	Baixa Densidade (1 usuário/50m2) Crítico (99%)	Alta Densidade (1 usuário/5m2) Crítico (99%)	Valor da instalação	Valor total por unidade
SUBP-Butantã	Butantã	78	PRAÇA ELIS REGINA	150	48000						
	Morumbi	79	PARQUE ALFREDO VOLPI	150	171000						
	Raposo Tavares	80	PRAÇA FESTA DAS LUZES	150	6500						
	Rio Pequeno	81	PRAÇA MARIA DOROTHEA BRASIL VITA	150	18900						
	Vila Sônia	82	PRAÇA MAURICIO GOULART	100	4990						
SUBP-Lapa	Barra Funda	83	TERMINAL BARRA FUNDA	200	36000						
	Jaguara	84	PRAÇA GENERAL GUIMARÃES	100	1450						
	Jaguareé	85	PRAÇA GEN. PORTO CARREIRO	150	11200						
	Lapa	86	CALÇADÃO DA LAPA - COMEÇO DA RUA 12 DE OUTUBRO	150	2800						

	Lapa	87	ESTAÇÃO CPTM E MERCADO	200							
	Perdizes	88	PRAÇA IRMÃOS KARMAN	100	1380						
	Vila Leopoldina	89	CEASA	150							
SUBP-Pinheiros	Alto de Pinheiros	90	PARQUE VILA LOBOS	300	810000						
	Itaim Bibi	91	PRAÇA ARLINDO ROSSI	150	11050						
	Jardim Paulista	92	PRAÇA BENEDITO CALIXTO	500	15000		15000				
	Pinheiros	93	LARGO DA BATATA	200	8000						
	Pinheiros	94	MERCADO MUNICIPAL DE PINHEIROS	150	4500						



tecnologia da informação e comunicação
 Avenida Francisco Matarazzo, 1500
 Torre Los Angeles – Água Branca
 CEP 05001-100 - São Paulo – SP
 Tel: (11) 3396-9000
 Fax: (11) 3396-9001
 www.prodam.sp.gov.br

LOTE 05

SUBPREFEITURA	DISTRITO	NÚMERO	PRAÇAS	Quantidade de conexões simultâneas	ÁREA ESTIMADA M2	Baixa Densidade (1 usuário/50m2) Não Crítico (96%)	Alta Densidade (1 usuário/5m2) Não Crítico (96%)	Baixa Densidade (1 usuário/50m2) Crítico (99%)	Alta Densidade (1 usuário/5m2) Crítico (99%)	Valor da instalação	Valor total por unidade
SUBP-Vila Mariana	Moema	95	PARQUE DO IBIRAPUERA	500	1600000						
	Saúde	96	PRAÇA DA ÁRVORE	150	120						
	Vila Mariana	97	LARGO DONA ANA ROSA	150	3040						
SUBP-Campo Limpo	Campo Limpo	98	PRAÇA NA RUA OVÍDIO LOPES GUIMARÃES - JARDIM ROSANA	100	3300						
	Campo Limpo	99	PRAÇA JOÃO TADEU PRIOLLI (PRAÇA DO CAMPO LIMPO)	300	???????						
	Capão Redondo	100	PRAÇA ADÃO DOMINGOS DE MORAES FILHO	100	1250						
	Vila Andrade	101	ESCADÃO DA RUA MANUEL ANTONIO PINTO (ENTR FAV PARAISÓPOLIS)	100	1100						
SUBP-Capela do Socorro	Cidade Dutra	102	PRAÇA JOÃO BEIÇOLA DA SILVA	100	5225						
	Grajaú	103		250	5750	2750	3000				

PRAÇA DO XERIFE
 -
 PROLONGAMENTO
 ENTRE AS RUAS



tecnologia da informação e comunicação
 Avenida Francisco Matarazzo, 1500
 Torre Los Angeles – Água Branca
 CEP 05001-100 - São Paulo – SP
 Tel: (11) 3396-9000
 Fax: (11) 3396-9001
 www.prodam.sp.gov.br

			EZEQUIEL LOPES CARDOSO E RUA JOSÉ QUARESMA JUNIOR								
	Socorro	104	ESTAÇÃO JURUBATUBA – PRAÇA CAMAFEU	200	13500						
SUBP-Cidade Ademar	Cidade Ademar	105	PRAÇA LUIGI PALMA	150	9500						
	Pedreira	106	PRAÇA FAUSTO A GONÇALVES	100	1500						
SUBP-Ipiranga	Cursino	107	LARGO SANTA ANGELA	150	2800						
	Ipiranga	108	PARQUE DA INDEPENDÊNCIA	250	275000						
	Sacomã	109	CENTRO DE CONVIVÊNCIA EDUCATIVO E CULTURAL DE HELIÓPOLIS	250							
	Sacomã	110	LARGO SÃO JOÃO CLIMACO	100	46250						
SUBP-Jabaquara	Jabaquara	111	PRAÇA SEIXO NO IE	100	1800						
	Jabaquara	112	PARQUE DO NABUCO	150	34000						
SUBP-M'Boi Mirim	Jardim Ângela	113	PRAÇA POLOS DA PAZ – FINAL DA RUA SOARES SOUZA JUNIOR	150	1800						
	Jardim Ângela	114		100	1500						

RUA DAS
VARIAÇÕES
MUSICAIS -
QUADRAS AO
LADO DO NÚCLEO
DE CONVIVÊNCIA

			DE IDOSOS								
	Jardim São Luís	115	PRAÇA DOS CARTÓGRAFOS	100	1800						
SUBP-Parelheiros	Marsilac	116	ALDEIA TENONDÉ PORÃ OU KRUCUTU - POVOADO MAIS PRÓXIMO	100							
	Parelheiros	117	PRAÇA JÚLIO CÉSAR DE CAMPOS	150	1250						
SUBP-Santo Amaro	Campo Belo	118	PRAÇA JORGE ALVES BROWN	100	1800						
	Campo Grande	119	PRAÇA ADIB BECHARA	100	3600						
	Santo Amaro	120	LARGO 13	500	4600						